

**VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA FORMAL NO DIPLOMA REGULADOR DO  
SUBSISTEMA E NO ESTATUTO ORGÂNICO DO MINISTÉRIO DO ENSINO  
SUPERIOR – ANGOLA**

Isalino Fortunato Plana

**Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação de  
Especialidade**

**Outubro, 2015**

**VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA FORMAL NO DIPLOMA  
REGULADOR DO SUBSISTEMA E NO ESTATUTO ORGÂNICO DO  
MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR – ANGOLA**

Isalino Fortunato Plana

**Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação de  
Especialidade**

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

---

Lisboa, .... de ..... de .....

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora

---

Lisboa, .... de ..... de .....

À memória do meu pai: António Francisco Plana

À minha mãe: Isabel João Rodrigues Fortunato

Ao meu irmão: João Fortunato Plana

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela vida, saúde e a oportunidade tida para frequentar este nível de formação pós-graduada;

Em segundo lugar, agradeço à Prof<sup>a</sup> Doutora Rute Costa, por me ter orientado incondicionalmente, tendo tornado este trabalho uma realidade;

Em terceiro lugar, agradeço à Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino, pela forma simpática e sapiente com que me formou;

Em quarto lugar, agradeço à Prof<sup>a</sup> Doutora Raquel Silva e a todos os professores que contribuíram directa ou indirectamente para a minha formação;

Em quinto lugar, agradeço aos meus colegas de formação, familiares e amigos que directa ou indirectamente contribuíram para a minha formação.

## **RESUMO**

O presente trabalho aborda o tema das variações terminológicas formais presentes no diploma regulador do subsistema do ensino superior e no estatuto orgânico do Ministério do Ensino Superior (MES). Partimos do princípio de que as variações terminológicas formais são fenómenos que resultam da actividade discursiva, pelo que devem ser vistos de forma natural.

Os fundamentos teóricos que suportaram o presente trabalho foram: a Teoria Geral da Terminologia (TGT), a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) e a Socioterminologia que se dedica à análise das unidades terminológicas do ponto de vista funcional. Uma determinada unidade terminológica é funcional porque pode assumir determinadas formas mediante o contexto discursivo, sem que o conceito se altere. Nesta medida, a posse de um corpus é imprescindível. O corpus de análise com o qual trabalhamos diz respeito à legislação do subsistema do ensino superior, onde pudemos identificar 25.489 formas, através do programa CONCAPP. Posteriormente, fizemos o levantamento das formas de alta e baixa frequência, que nos permitiu fazer o levantamento das concordâncias. A partir desse momento, identificámos os casos de variação formal morfossintáctica e lexical. Na análise dos dados, procedemos à caracterização dos tipos de variação e apresentámos a tipologia das estruturas das variantes concorrentes. Por fim, terminámos o trabalho com a proposta de elaboração de uma base de dados para o grupo técnico para elaboração dos projectos de lei do subsistema do ensino superior, em jeito de recomendação.

**PALAVRAS – CHAVE:** terminologia, variação terminológica, variação formal.

## ABSTRACT

This paper addresses the topic of the formal terminological variations found in the diploma that regulates the higher educational subsystem and in the organic statute of the Ministry of Higher Education. We follow the premise that formal terminological variations are a natural phenomenon created by the discursive activity, therefore must be seen as something natural.

The theoretical foundations who were the basis of this paper were: General Theory of Terminology, Communicative Theory of Terminology and Socioterminology, whose object of study is the analysis of the terminological units from a functional point of view. A certain terminological unit is functional because it can take different shapes according to the discursive context, without changing the concept. Thus, having a *corpus* is absolutely necessary. The *corpus* in analysis that we have worked with concerns the legislation of the higher educational subsystem and in it we were able to find 25.489 units, with the use of the CONCAPP program. We mapped the high and low frequency ones, and that allowed us to find the terminological concordances. Afterwards, we identified the cases of morphosyntactic and lexical formal variations. In relation to the data analysis we characterized the types of variations and presented the typology of the structures of the opponent variants. Finally, we concluded this paper with a proposal as to create a data base to the technical group to be used in the elaboration of the draft laws of the higher educational subsystem.

**KEYWORDS:** terminology, terminological variation, formal variation

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DO DOMÍNIO .....	4
1. ESTRUCTURA DO ENSINO EM ANGOLA .....	4
2. CONTEXTO HISTÓRICO PARA O SURGIMENTO DO SUBSISTEMA DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA.....	6
3. ORGANIZAÇÃO DO SUBSISTEMA DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA .....	11
4. SURGIMENTO DO ACTUAL ÓRGÃO DE TUTELA DO SUBSISTEMA DO ENSINO SUPERIOR .....	13
4.1. ESTRUCTURA ORGÂNICA DO MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR .....	14
4.2. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NO DOMÍNIO DA GESTÃO DO SUBSISTEMA .....	15
CAPÍTULO II - FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA TERMINOLOGIA: UMA INCURSÃO PELA VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA .....	18
1. PERSPECTIVA WÜSTERIANA .....	18
2. PERSPECTIVA COMUNICATIVA .....	19
3. A SOCIOTERMINOLOGIA .....	21
3.1. PERSPECTIVA FUNCIONALISTA DA SOCIOTERMINOLOGIA .....	21
3.2. TIPOLOGIA FUNCIONALISTA DE VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA .....	23
3.3. PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO FORMAL DAS VARIANTES DE FREIXA .....	27
CAPÍTULO III – METODOLOGIA PARA O TRATAMENTO DO <i>CORPUS</i> E OBSERVAÇÃO DAS VARIAÇÕES .....	30
1. O TEXTO DE ESPECIALIDADE .....	30
2. <i>CORPUS</i> TEXTUAL.....	31
2.1. METODOLOGIA PARA A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....	31
3. TRATAMENTO SEMIAUTOMÁTICO DO <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE.....	34
3.1. DICIONÁRIO ALFABÉTICO DE FORMAS.....	35
3.2. SELECÇÃO DE FORMAS DE ALTA E BAIXA FREQUÊNCIA .....	36
3.3. IDENTIFICAÇÃO E OBSERVAÇÃO DO COMPORTAMENTO DE UNIDADES TERMINOLÓGICAS A PARTIR DE CONCORDÂNCIAS.....	37
3.4. DADOS TERMINOLÓGICOS IDENTIFICADOS .....	42



CAPÍTULO IV – CARACTERIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS VARIANTES FORMAIS LEXICAIS.....	45
1. VARIAÇÃO MORFOSSINTÁCTICA.....	46
2. VARIAÇÃO FORMAL POR REDUÇÃO DA BASE .....	48
3. VARIAÇÃO FORMAL POR REDUÇÃO DA EXTENSÃO .....	50
4. VARIAÇÃO FORMAL POR EXPANSÃO DA BASE .....	52
5. VARIAÇÃO FORMAL POR REFORMULAÇÃO .....	53
CAPÍTULO V – ELABORAÇÃO DE UMA BASE DE DADOS .....	57
1. PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE UMA BASE DE DADOS TERMINOLÓGICA ....	57
1.1. FICHA TERMINOLÓGICA.....	57
1.2. UMA BASE DE DADOS PARA ALÉM DAS VARIAÇÕES.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	61
BIBLIOGRAFIA.....	63
ANEXOS.....	69

## **INTRODUÇÃO**

O subsistema do ensino superior - Angola é um dos serviços especializados da Administração Pública de Angola dedicado à «formação de quadro de alto nível» e é tutelado pelo Ministério do Ensino Superior (MES). Este órgão foi criado em 2012, pelo Decreto n.º 233/12 de 4 de Dezembro e o subsistema do ensino superior é regulado pelo Decreto n.º 90/09 de 15 de Dezembro.

Desde o ano de 2012, o subsistema é tutelado pelo MES, como um órgão independente e especializado. A tutela independente do subsistema levou a que os especialistas imprimissem esforços para expandir o ensino superior em todo o país, facto conseguido em 2014.

Uma vez que o ensino superior já é ministrado em todo território nacional de Angola, as preocupações actuais do MES focalizam-se mais para a legislação do subsistema do ensino superior no sentido de se produzir mais diplomas legais para fazer face às necessidades actuais e assegurar as perspectivas de desenvolvimento do subsistema, em geral, e das instituições do ensino superior, em particular. Pois, o MES dispõe de um relatório intitulado “Linhas Mestras para melhoria do Subsistema do Ensino Superior” que regista o estado actual do subsistema, com maior foco para a pouca qualidade do ensino prestada por algumas instituições de ensino superior angolana. Esta realidade foi verificada também no ano de 2014, aquando da realização do último processo legislativo que terminou com a elaboração de novos projectos de lei.

Neste sentido, a garantia da qualidade dos serviços administrativos públicos prestados pelo MES tem como fundamento à base legal suficiente e eficiente, pois a garantia de uma boa gestão de serviços público-privados depende da legislação. Por esta razão, o MES tem como desafio actual melhorar e produzir mais diplomas legais.

Um dos aspectos que sobressai num texto de especialidade é a terminologia, enquanto conjunto de unidades lexicais de um domínio do conhecimento científico-técnico ou profissional. Os diplomas legais, enquanto textos de especialidade, são um conjunto de enunciados que constituem um discurso pertencente a uma determinada área técnica ou profissional. Por sua vez, o discurso é uma dimensão textual passível de provocar variação formal da terminologia do domínio a que pertence o texto. Essa variação formal é entendida como a presença de unidades terminológicas diferentes que designam o mesmo conceito.

Neste sentido, para o presente trabalho, os diplomas legais referidos acima constituem o nosso objecto de estudo, pois pensamos ser pertinente ver a forma como são actualizadas as unidades terminológicas no plano lexical.

Assim, o presente trabalho está constituído por cinco capítulos. O primeiro capítulo é dedicado à *apresentação e descrição do domínio, o subsistema do ensino superior*. O segundo capítulo é dedicado à *abordagem teórica sobre os fundamentos da Terminologia numa perspectiva variacionista*. O terceiro capítulo é dedicado à *metodologia para tratamento do corpus e observação das variações*. O quarto capítulo é dedicado à *análise e classificação das variantes*. Por último, no quinto capítulo, fazemos uma *proposta de elaboração de uma base de dados*, cujo destinatário é o *grupo técnico* do Departamento de Produção Legislativa, a quem compete elaborar os projectos de lei do subsistema em questão.

Preliminares da pesquisa:

- **Objectivo geral:**

- Contribuir para a melhoria da produção textual no domínio da legislação do subsistema do ensino superior;

- **Objectivos específicos:**

- Identificar variações terminológicas formais no Decreto n.º 90/09 de 15 de Dezembro e no Decreto n.º 233/12 de 4 de Dezembro;
- caracterizar o processo de formação das variantes terminológicas identificadas;
- Classificar a estrutura das variantes terminológicas formais identificadas;
- Propor a criação de uma base de dados para o grupo técnico que elabora os projectos de lei do subsistema do ensino superior.

- **Justificativa da escolha do tema:**

O contacto que tive com alguns especialistas do Gabinete jurídico do MES permitiu-me perceber que muitos dos mesmos especialistas sentem a necessidade de um instrumento de consulta terminológica. Pois, pude verificar que alguns especialistas consultam os decretos para optarem por determinadas unidades terminológicas no momento da redacção de um determinado documento administrativo. Por esta razão, decidi estudar o tema da variação terminológica formal com o objectivo de propor a criação de uma base de dados.

- **Hipótese:**

A nossa proposta de estudar casos de variação terminológica formal parte de uma visão comunicativa, porque esta valoriza a utilização da terminologia no contexto comunicativo, isto é, em discurso. Por esta razão, partímos da hipótese de que é possível classificar a estrutura de formação das unidades terminológicas concorrentes do domínio em questão.

## **CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DO DOMÍNIO**

O domínio da investigação é o *subsistema do ensino superior angolano*. Antes de passarmos à apresentação do subsistema do ensino superior angolano, entendemos ser pertinente olhar para a estrutura do ensino em Angola, uma vez que o subsistema do ensino superior contempla a sua «unicidade (...) com os demais subsistemas de ensino e com as políticas nacionais de desenvolvimento do País [...]» (Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro: 3954).

Assim sendo, o objectivo desta abordagem consiste em apresentar a organização do ensino em Angola.

### **1. ESTRUTURA DO ENSINO EM ANGOLA**

O ensino em Angola obedece à organização do sistema de educação, cujo órgão de tutela é o Ministério da Educação. Conforme a Lei de Bases do Sistema de Educação, Lei nº 13/01 de 31 de Dezembro<sup>1</sup>, no nº 1 do artigo 1º, a «educação constitui um processo que visa preparar o indivíduo para as exigências da vida política, económica e social do País e que se desenvolve na convivência humana, no círculo familiar, nas relações de trabalho, nas instituições de ensino e de investigação científico-técnica [...]». No nº 2 do mesmo artigo, o sistema de educação é definido como «o conjunto de estruturas e modalidades, através das quais se realiza a educação, tendentes à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social» (Lei nº 13/01 de 31 de Dezembro: 2).

Nesta conformidade, o nº 1 do artigo 10º da Lei de Bases do Sistema de Educação contempla os seguintes subsistemas de ensino:

- subsistema de educação pré-escolar;
- subsistema de ensino geral;
- subsistema de ensino técnico-profissional;
- subsistema de formação de professores;
- subsistema de educação de adultos;
- subsistema de ensino superior.

A partir destes subsistemas, o Ministério da Educação (MED) organizou três níveis de ensino, conforme o nº 2 do artigo anterior:

---

<sup>1</sup> Este documento só entrou em vigor a partir de 2004.

- ensino primário;
- ensino secundário;
- ensino superior

O ensino primário tem a duração de seis anos e é definido como a «base do ensino geral», quer para a educação regular, compreendendo a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª classes, quer para o ensino de adultos (alfabetização e pós-alfabetização), constituindo, assim, o ponto de partida para o ensino secundário<sup>2</sup>.

O ensino secundário está estruturado em 1º e 2º ciclo. O 1º ciclo tem a duração de três anos e compreende a 7ª, 8ª e 9ª classes, correspondendo à educação regular de jovens, adultos e à educação especial. Este ciclo corresponde ao subsistema de formação profissional básica. Daí, o ensino secundário contempla um ou dois anos de «duração de Formação Intermédia, para profissionalização no domínio da docência dos que tenham concluído a 9ª classe do 1º ciclo do Ensino Secundário Geral, em Educação Regular ou em Educação de Adultos, que não queiram ou não tenham conseguido ingressar no 2º ciclo do Ensino Secundário»<sup>3</sup>.

O 2º ciclo do Ensino Secundário possui a duração de três anos de formação geral (pré-universitário) e quatro anos de formação normal e técnica, e está estruturado da seguinte forma:

- O Ensino Geral tem a duração de três anos e abrange a 10ª, 11ª e 12ª classes para a Educação Regular e para a Educação de Adultos;
- A Formação Média Normal tem a duração de quatro anos e abrange a 10ª, 11ª, 12ª e 13ª classes;
- A Formação Média Técnica tem a duração de quatro anos que correspondem as 10ª, 11ª, 12ª e 13ª classes. Como no 1º ciclo, «o 2º ciclo do Ensino Secundário contempla também um ou dois anos de «duração de Formação Intermédia para a profissionalização dos que tenham concluído a 12ª classe do Ensino Secundário Geral, que não queiram ou não tenham conseguido ingressar no Ensino Superior»<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Comparação entre o Sistema de Educação em vigor e o Sistema de Educação a implementar, Ministério da Educação, aos 13 de Outubro de 2003.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Comparação entre o Sistema de Educação em vigor e o Sistema de Educação a implementar, Ministério da Educação, aos 13 de Outubro de 2003.

Feita a apresentação sobre a organização do ensino em Angola, apresentaremos, a seguir, o percurso histórico que dá conta do contexto para o surgimento efectivo do ensino superior em Angola.

## **2. CONTEXTO HISTÓRICO PARA O SURGIMENTO DO SUBSISTEMA DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA**

O subsistema do ensino superior é «o conjunto de órgãos, instituições, disposições e recursos que visam a formação de quadros de alto nível para os diferentes ramos de actividade económica e social do País (...)» (Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro: 3952).

A existência do ensino superior em Angola tem o seu marco no tempo colonial. Daí, pensamos ser pertinente apresentar o quadro histórico para compreendermos o seu surgimento, contexto e desenvolvimento.

O ensino superior em Angola surgiu devido a pressões internas e externas que a população da colónia exercia sobre o governo português. A nível interno, a população oriunda de Portugal e os assimilados desejavam continuar os estudos superiores sem que fosse necessário deixar o território de Angola, e assim exigiam a criação de uma universidade (cf. Silva, 2004: 152). A nível externo, a mesma população reivindicava a independência do território de Angola, exigindo o direito ao ensino a todos os níveis (cf. Santos, 1998: 665).

É assim que, nos anos 50 e 60, do século passado, o governo português implementou medidas de expansão quantitativa e qualitativa de ensino superior com «missões de extensão universitária (...). Um dos exemplos deste processo foi à realização do Iº Curso de Férias Universitário no Ultramar, inaugurado em 16 de Agosto de 1960 em Luanda, pelo então Reitor da Universidade de Lisboa, Doutor Marcello Caetano, que lhe atribuiu duas finalidades: trazer o ensino universitário regular e periodicamente, às províncias ultramarinas» (Silva, 2004: 159).

Por conseguinte, no ano de 1961, o então Ministro do Ultramar, Adriano Moreira anunciou a criação de instituições de ensino superior em Angola, isto é, da Universidade.

Um ano depois, foi criado o Centro de Estudos Universitários de Angola (CEUA), sendo constituído pelo Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA), o Instituto de Investigação Médica de Angola (IIMA) e o Laboratório de Engenharia de Angola (LEA), tendo sido publicado seis portarias, para efeito da organização do CEUA (Santos, 1998: 666).

Conforme Santos (1998), tais portarias propunham a criação de vinte cursos no total: a primeira portaria era um preâmbulo que apresentava as áreas de formação: cursos de especialização e aperfeiçoamento de nível universitário, para a formação de professores do ensino secundário e técnicos de construção, produção agrícola e transporte, bem-estar e técnicos de assistência sanitária.

É assim que, quatro meses depois da criação do CEUA, o governo português elaborou o Decreto-Lei nº 44530 de 21 de Agosto de 1962, que foi publicado no Diário do Governo nº 191, I Série, com vista a autorizar a criação dos **Estudos Gerais Universitários (EGU)** de Angola. No ano seguinte, é então inaugurado os EGU, a 6 de Outubro de **1963**, em Luanda, pelo Presidente da República portuguesa, Contra-Almirante Américo de Deus Rodrigues Thomaz (cf. Silva, 2004: 160).

Assim, o ensino superior em Angola surgiu efectivamente em 1963, com os EGU, cujo Reitor foi o Engenheiro André Navarro, então novo Ministro do Ultramar (cf. Silva, 2004: 160).

Porém, os EGU não conferiam grau académico. Para tal, era necessário terminar a formação em Portugal, pois só no ano de 1965 é que a reitoria dos EGU foi fixada em Luanda.

Assim, aos EGU integravam os seguintes cursos: curso Médico-Cirúrgico, Engenharia, Agronomia e Silvicultura, Medicina Veterinária e Ciências Pedagógicas. Estimava-se que o corpo discente era constituído por cerca de 286 alunos e o corpo docente por cerca de 18 professores (cf. Silva, 2004: 161).

De acordo com Santos, o senado universitário («órgão colegial da universidade, de carácter executivo»<sup>5</sup>) apresentava a seguinte constituição:

- Reitor (o presidente-nato);
- Vice-reitor (substituto do Reitor);
- Delegado dos professores universitários;
- Delegado do Curso de Ciências Pedagógicas;
- Delegado do Curso de Engenharia;
- Delegado do Curso de Agronomia e Silvicultura;
- Delegado do Curso de Medicina Veterinária;

Com a reitoria dos EGU em Luanda, os cursos criados foram distribuídos nas seguintes regiões: os cursos de Medicina Veterinária, Agronomia e Silvicultura eram ministrados no

---

<sup>5</sup> Decreto n.º 90/09 de 15 de Dezembro: 3961.



Huambo e os cursos de Ciências Pedagógicas na Huila, Os cursos Médico-Cirúrgico e de Engenharia continuaram em Luanda (cf. Santos, 1998: 669).

Com o desenvolvimento dos EGU, em 1967, em Luanda, foi construída a primeira residência universitária para albergar aqueles que vinham de outras partes de Angola. Também, ao corpo docente passou a ser concedida bolsas de estudo de doutoramento.

Assim, o desenvolvimento do ensino superior em Angola levou o governo português a promulgar, através do Decreto-Lei nº48790 de 23 de Dezembro de 1968, a passagem de EGU para o estatuto de **Universidade de Luanda**, «conferindo [já] os graus de licenciado [e] doutorado» (Silva, 2004: 162).

Conforme Silva, este facto deu origem à criação de novos cursos de licenciaturas, como as Matemáticas Puras e Aplicadas, Física, Química, Geologia e Biologia, integrando os cursos já ministrados em Luanda, como a Medicina, Engenharia Civil, de Minas, Mecânica, Electronica e Químico-Industrial. No então distrito da Huíla, para além das Ciências Pedagógicas, passou-se a ministrar os cursos de História, Geografia e Filologia Romana.

Em 1970/71, foi criado o curso de licenciatura em Economia, quando já se verificava o processo de descolonização de Angola. No dia 4 de Julho de 1974 é publicado um decreto-lei que cria o curso de Direito e que passou a ser ministrado nas cidades do Huambo e da Huíla.

Com a passagem dos EGU para Universidade de Luanda, a constituição do senado universitário foi alterada e organizada do seguinte modo:

- Reitor (presidente-nato);
- Vice-reitor (substituto do Reitor);
- Director dos Cursos de Filologia Românica, História Geografia e Ciências Pedagógicas;
- Director do Curso de Medicina e Cirurgia;
- Director dos Cursos de Matemática, Física, Química, Geologia e Biologia;
- Director dos Cursos de Engenharia Civil, de Minas Mecânica, Eletrotécnica e Químico-Industrial;
- Director dos Cursos de Agronomia e Silvicultura;
- Director do Curso de Medicina Veterinária;
- Delegado dos professores catedráticos de cada um dos cursos referidos.

Assim, a Universidade de Luanda, que estava então distribuída por três regiões - Huambo, Huíla e Luanda - foi criada com as finalidades tradicionais de «ensinar, investigar, construir um centro técnico-científico-cultural polivalente em constante actividade de reciclagem e actualização de conhecimentos e actuar junto da sociedade por intermédio de actividades de extensão» (Silva, 2004: 162).

Por conseguinte, no dia 5 de Novembro de 1974 foram criados os órgãos centrais da Universidade de Luanda, a saber:

- Assembleia Magna;
- Conselho Universitário;
- Comissão Executiva;
- Conselho Administrativo.

Para tanto, a criação destes órgãos tinha como objectivo estabelecer as normas democráticas de gestão, dando aos diversos sectores – professores, alunos e funcionários – a possibilidade de dialogarem, de confrontarem posições e defenderem interesses, garantindo direitos e respeitando deveres.

Após a independência de Angola, proclamada a 11 de Novembro de 1975, a Universidade de Luanda passou legalmente, através da Portaria nº 76-A/76 de 28 de Setembro do Ministério da Educação, a Universidade de Angola, passando a ser tutelada pelo Ministério da Educação, tornando-se num dos subsistemas do sistema de educação de Angola.

Vale referir que o primeiro Reitor da Universidade foi o primeiro Presidente de Angola, o Dr. António Agostinho Neto, que, após a sua morte, o Ministério da Educação, através do seu Estatuto Orgânico, o Decreto nº 9/87 de 30 de Maio, atribuiu à Universidade de Angola a designação de Universidade Agostinho Neto (UAN) (cf. Silva, 2004: 192).

ainda em 1980, a Universidade de Angola foi reestruturada, surgindo novas unidades orgânicas, como a faculdade de Ciências, a Faculdade de Direito, através do Decreto n.º 152/80 de 29 de Setembro do Conselho de Ministros; a faculdade de Economia, de Engenharia, a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Ciências Agrárias e o Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED).

Assim, embora o MED fosse o órgão de tutela da UAN, na realidade, era a UAN que geria o subsistema do ensino superior em todo território angolano.

Com a adopção e implantação de um «sistema político pluralista e de uma economia de mercado» (Kandingui, 2013: 7) no final da década de mil novecentos e 90, verificou-se a expansão da rede de instituições de ensino superior de natureza privada, tendo surgido a Universidade Católica de Angola (UCAN) (cf. SEES, 2005: 5). Progressivamente, a partir do ano 2000, surgiu a Universidade Jean Piaget de Angola (UniPiaget) (Decreto nº 44-A/01 de 6 de Junho), a Universidade Lusíada de Angola (ULA) (Decreto nº 42/02 de 20 de Agosto), o Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA), o Instituto de Relações Internacionais (IRI) e a Universidade Independente de Angola (UnIA) (Decreto nº 11/05 de 11 de Agosto) (cf. 2ª Conferência do FORGES, 2012: 7-8) .

Em 2010, o subsistema do ensino superior ganhou mais seis Universidades Públicas de âmbito regional e dez instituições de ensino superior autónomas. Até ao ano de 2012, o subsistema do ensino superior é ministrado nas dezoito províncias de Angola, compreendendo, assim, sete Regiões Académicas.

Neste rumo, a criação das Regiões Académicas teve como objectivo concretizar a expansão da rede de instituições do ensino superior e facilitar a gestão e o desenvolvimento do subsistema do ensino superior por todo o país. Assim sendo, actualmente, o país está dividido em oito Regiões Académicas, como se vê na figura abaixo:

Nº de Regiões académicas	Províncias	Nº de Regiões académicas	Províncias
<b>I</b>	Luanda, Bengo	<b>V</b>	Huambo, Bié, Moxico
<b>II</b>	Cuanza-Sul, Benguela	<b>VI</b>	Huíla, Namibe
<b>III</b>	Cabinda, Zaire	<b>VII</b>	Uíge, Cuanza-Norte
<b>IV</b>	Malanje, Luanda-Norte Lunda-Sul	<b>VIII</b>	Cunene, Cuando-Cubango

**Figura 1** – distribuição das Regiões académicas em Angola

De destacar que a Região Académica VIII foi criada em 2014 e conta, neste momento, com uma universidade, a *Universidade Cuito Canavale*, integrando as províncias já apresentadas

no quadro, cuja sede da referida região se localiza no Cuando Cubango (cf. Decreto Presidencial nº 188/14 de 4 de Agosto).

No dia 15 de Dezembro de 2014, através do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE), o MES fez sair o “Anuário Estatístico do Ensino Superior do Ano Académico 2014<sup>6</sup>”. Este documento não só regista os dados do ensino superior, mas também os dados gerais do subsistema. Assim, em 2014, a República de Angola contou com o seguinte quadro estatístico sobre o ensino superior:

- 62 instituições de ensino superior reconhecidas, sendo 22 instituições de ensino superior públicas e 40 instituições de ensino superior privadas;
- 4.129 docentes, sendo 3.329 docentes nacionais e 800 docentes estrangeiros;
- 146.523 discentes matriculados;
- 13.547 estudantes graduados;

De referir que foi na província de Luanda (Região Académica I) onde se verificou o maior número de discentes matriculados – um terço do total; a seguir, a província do Huambo, com 6,7% (Região Académica V) e a província do Namibe, com 6,4% (Região Académica VI).

Assim sendo, é oportuno apresentar a organização do subsistema em abordagem.

### **3. ORGANIZAÇÃO DO SUBSISTEMA DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA**

Conforme o Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro que estabelece as normas gerais reguladoras do subsistema do ensino superior, este subsistema está organizado nas seguintes categorias, a saber: cursos de graduação e de pós-graduação.

A graduação está dividida em dois níveis, sendo que o primeiro nível é o *bacharelato* e o segundo, a *licenciatura*. O nível de bacharelato diz respeito a cursos de ciclo curto, cuja duração é de três anos. Este nível tem como objectivo fundamental, «a aquisição de conhecimentos científicos fundamentais, para o exercício de uma actividade prática no domínio profissional específico» (Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro: 3955). A licenciatura diz respeito a cursos de ciclo longo, cuja duração é de quatro a seis anos. Neste nível, o objectivo é «a aquisição de conhecimentos, habilidades e práticas fundamentais dentro do

---

<sup>6</sup> [http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/divulgado\\_anuario\\_estatistico\\_do\\_sector](http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/divulgado_anuario_estatistico_do_sector) acessado em 16/12/2014, 13:19.

ramo de conhecimento específico e a subsequente formação profissional ou académica específica» (Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro: 3955).

Quanto à pós-graduação, os cursos estão distribuídos em duas categorias: a pós-graduação académica e a pós-graduação profissional. A pós-graduação académica diz respeito a dois níveis: o *mestrado* e o *doutoramento*. O mestrado corresponde a cursos de ciclo curto, cuja duração é de dois a três anos. Neste nível, o objectivo consiste no enriquecimento da competência científico-profissional dos licenciados. O doutoramento diz respeito a cursos de ciclo longo, cuja duração é de quatro a cinco anos. O doutoramento corresponde a um processo de formação e de investigação, que visa proporcionar uma capacidade científica ampla e profunda aos candidatos diplomados em cursos de licenciatura ou de mestrado, culminando com uma dissertação, cujo conteúdo constitui contributo inédito para o património científico universal.

A subcategoria de pós-graduação profissional diz respeito à *especialização*. A especialização «corresponde a cursos de duração variada, em função dos cursos e tem como objectivo o perfeccionamento técnico profissional dos licenciados» (Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro: 3956).

De tudo o que foi dito neste ponto, resumimos a organização do subsistema em causa na figura abaixo:

ESTRUTURA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	DURAÇÃO
GRADUAÇÃO	Bacharelato		3 anos
	Licenciatura		4/6 anos
PÓS-GRADUAÇÃO	Académica	Mestrado	2/3 anos
		Doutoramento	4/5 anos
	Profissional	Especialização	Indeterminada

**Figura 2** – organização do subsistema do ensino superior - Angola

A especialização possui duração indeterminada face à dependência do curso, uma vez que este nível é contemplado para aperfeiçoar tecnicamente o licenciado.

#### **4. SURGIMENTO DO ACTUAL ÓRGÃO DE TUTELA DO SUBSISTEMA DO ENSINO SUPERIOR**

O ensino superior, que logo após a independência passou a ser um dos subsistemas do sistema de educação de Angola, foi objecto de gestão da Universidade Agostinho Neto (UAN), sob direcção do Reitor com a categoria de Vice-Ministro da Educação e «coadjuvado por dois Vice-reitores, nomeados pelo Presidente da República», pois «na estrutura orgânica do Ministério da Educação não existia nenhum departamento que tomasse, como objecto da sua acção, o ensino superior e, concretamente, o ensino universitário» (Silva, 2004: 192).

Entretanto, a UAN, embora gozasse de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira, científica e pedagógica, era tutelada pelo Ministério da Educação, conforme o Estatuto Orgânico da UAN de 1989, através do Decreto nº 17/89 de 13 de Maio.

Por conseguinte, em 2004, o Ministério da Educação criou, na sua estrutura, a Direcção Nacional de Ensino Superior (DNES). Em seguida, foi «nomeado um Vice-Ministro da Educação para o Ensino Superior e posteriormente foi criada a Secretaria de Estado para o Ensino Superior [(SEES)] com estatuto de Ministério» (2ª Conferência do FORGES, 2012: 9).

Em 2011, a República de Angola, através da Assembleia Nacional, aprovou a sua Constituição. Formou-se um novo Governo e na sua estrutura, foi criado o Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia (...). Até então o processo foi conduzido para a criação de um órgão que cuidasse somente do ensino superior. Todavia, no novo contexto, à tutela do ensino superior foi agregada a ciência e tecnologia (cf. 2ª Conferência do FORGES, 2012: 10).

Efectivamente, em 2012 foi criado então o órgão de tutela independente e especializado para a gestão do subsistema do ensino superior – o Ministério do Ensino Superior (MES) – através do Decreto Presidencial n.º 233/12 de 4 de Dezembro e transitaram ao MES «o pessoal do quadro anteriormente afecto aos serviços do ensino superior integrados no extinto Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia, bem como toda informação, arquivo e património relativo a este Órgão» (Decreto Presidencial nº 233/12 de 4 de Dezembro).

Portanto, desde o final de 2012, o subsistema do ensino superior é tutelado pelo Ministério do Ensino Superior, cuja estrutura apresentaremos a seguir.

#### 4.1. ESTRUTURA ORGÂNICA DO MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR<sup>7</sup>

O Ministério do Ensino Superior (MES) «tem por missão propor e implementar as políticas do Executivo para o desenvolvimento do subsistema do ensino superior e proceder o planeamento, orientação, coordenação, supervisão e o controlo da sua execução» (Decreto Presidencial nº 233/12: 5957).

De forma resumida e hierárquica, o MES é constituído por *Órgãos Centrais de Direcção Superior, Órgãos Consultivos, Serviços de Apoio Instrumental, Serviços Executivos Centrais, Serviços de Apoio Técnico* e os *Órgãos Tutelados*,

É nos Serviços de Apoio Técnico que o Gabinete Jurídico está integrado. O Gabinete Jurídico é composto por três departamentos: Departamento Técnico Jurídico, 2º-Departamento de Produção Legislativa e 3º- Departamento de Contencioso.

Só para citar algumas, as atribuições do Gabinete Jurídico são as seguintes (Decreto Presidencial n. 233/12: 5961):

- emitir pareceres e prestar informações sobre os assuntos de natureza jurídica relacionados com os domínios da actividade do Ministério;
- elaborar projectos de diplomas legais e demais instrumentos jurídicos no domínio do ensino superior;
- elaborar estudos sobre a eficácia dos diplomas legais e propor a respectiva alteração

Assim, a nossa investigação está delimitada no Departamento de Produção Legislativa do Gabinete Jurídico, porquanto foi aqui onde fizemos a recolha dos documentos que constituíram o nosso corpus.

---

<sup>7</sup> Cf. Organigrama em anexo 1.

## 4.2. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NO DOMÍNIO DA GESTÃO DO SUBSISTEMA

Neste capítulo, pretendemos fazer uma breve incursão acerca do processo legislativo do subsistema em causa.

Entende-se por legislação ao «conjunto de leis e normas vigentes que regem uma sociedade organizada ou uma matéria em particular» (Mello, 2008: 207).

No ano de 2005, a Secretaria de Estado para o Ensino Superior (SEES) avaliou as instituições de ensino superior com o objectivo verificar a qualidade dos serviços prestados pelas instituições de ensino superior. Após a avaliação, a SEES apresentou um documento intitulado “*LINHAS MESTRAS para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior*”. Neste documento consta que foram identificadas, em síntese, baixas taxas de promoção nas instituições de ensino superior. Assim, por exemplo, foram observados os seguintes casos: «1) dos estudantes que entram no 1º ano chegam ao 5º ano sem reprovação, entre 5 a 20%; 2) a distribuição dos estudantes por anos de estudo revela uma perda enorme de estudantes ao longo da formação, apresentando-se a pirâmide com 32% de estudantes no 1º ano, 26% no 2º ano, 20% no 3º ano, 15% no 4º ano e 7% no 5º ano» (SEES, 2005: 3)<sup>8</sup>; o órgão de tutela identificou também uma fraca promoção dos cursos e diplomados saídos das instituições de ensino superior, tendo em conta as perspectivas de desenvolvimento do país.

Com base nesses resultados, elaborou-se o relatório *LINHAS MESTRAS* que é tido como um instrumento orientador e facilitador quanto à «análise dos fenómenos identificados, como a projecção de acções de melhoria do subsistema do ensino superior no seu todo, e das instituições de ensino superior em particular» (SEES, 2005: 6-7).

Os casos identificados que deram origem ao baixo nível de qualidade do ensino superior ministrado por muitas das instituições de ensino superior em Angola foram designados por «pontos de estrangulamento» (SEES, 2005, 9-19) e são os seguintes:

- ponto de estrangulamento no domínio da concepção «errada» de uma instituição do ensino superior;
- ponto de estrangulamento no domínio da gestão do subsistema do ensino superior;
- ponto de estrangulamento no domínio do financiamento das instituições do ensino superior;

---

<sup>8</sup> Cf. Anexos.



- ponto de estrangulamento no domínio dos currículos nas instituições do ensino superior;
- ponto de estrangulamento no domínio do corpo docente.

Assim, para dar resposta aos problemas identificados, elaborou-se novos diplomas legais, como o Decreto n.º 90/09 de 15 de Dezembro que estabelece as normas gerais reguladoras do subsistema do ensino superior; o Decreto n.º 05/09 de 07 de Abril que cria as Regiões Académicas e o Decreto n.º 07/09 de 12 de Maio que reorganiza a rede de instituições do ensino superior, criando novas instituições de ensino superior e redimensionou a então única universidade pública – a UAN.

Por conseguinte, com base no compromisso de o ensino superior constituir num dos factores de desenvolvimento do país, o MES realizou, no ano de 2013/2014, um processo legislativo para a produção de novos diplomas legais. Para efeito de realização eficaz do processo, as metodologias adoptadas foram as seguintes: auscultações com os estudantes, com o corpo docente, gestores e o corpo administrativo; observações de funcionamento dos dispositivos educativos (infra-estruturas académicas e sociais, laboratórios, bibliotecas, etc.); análise da legalidade das instituições do ensino superior e os seus cursos, análise da conformidade da organização, gestão e funcionamento das instituições do ensino superior com a legislação vigente, a verificação do perfil do corpo de gestores, do corpo docente, do corpo administrativo, a verificação dos processos académicos e administrativos<sup>9</sup>.

Assim, o processo contou com o seguinte pacote legislativo:

- Ante-Projecto de Normas Gerais Reguladoras do Subsistema do Ensino Superior;
- Ante-Projecto de Estatuto da Carreira do docente do Ensino Superior;
- Proposta de Regulamento da Prova Pública de Aptidão Pedagógica e Científica do Docente do Ensino Superior;
- Proposta de Estatuto Remuneratório do Docente do Ensino Superior

E dando sequência ao rumo orientado para melhoria da gestão do subsistema do ensino superior, com as informações obtidas, aquando do processo legislativo, o MES apresentou a situação actual da rede de instituições de ensino superior ao serviço do ensino superior no país, que resumiremos em três pontos:

- instituições de ensino superior legais e promotora da qualidade do ensino superior;

---

<sup>9</sup> Cf. Encontros de Auscultação sobre o Pacote legislativo do Ministério do Ensino Superior, p. 10, 2014.

- instituições de ensino superior legais ao serviço da *coisa*, isto é, mercantil;
- instituições de ensino superior ilegais e em funcionamento precário.

Assim, é com base nestas constatações que se tomará o rumo para a elaboração de um novo projecto legislativo.

A partir daqui, caímos nas preocupações de, não só, haver mais diplomas legais, para responder aos problemas que põem em causa a qualidade do ensino superior ministrado em Angola, mas também de os mesmos diplomas serem de qualidade. Reiterando, sustentamos estas ambições com base em algumas linhas orientadoras em torno das quais o Departamento de Produção Legislativa age, quais sejam:

- elaborar projectos de diplomas legais e demais instrumentos jurídicos no domínio do ensino superior;
- elaborar estudos sobre a eficácia dos diplomas legais e propor a respectiva alteração.

Portanto, pensamos que a pertinência dos estudos terminológicos pode perfeitamente constituir uma contribuição para a produção eficaz de novos diplomas legais.

## CAPÍTULO II - FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA TERMINOLOGIA: UMA INCURSÃO PELA VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA

Neste capítulo, fazemos uma breve incursão à perspectiva wüsteriana, à perspectiva comunicativa e à perspectiva socioterminológica, antes de nos dedicarmos à variação terminológica. Nesta última abordagem, apresentaremos a perspectiva funcionalista da variação e a respectiva tipologia de variação proposta por Faulstich. É com a tipologia de variação desta autora que tencionamos analisar os nossos dados.

### 1. PERSPECTIVA WÜSTERIANA

A Terminologia surge com o engenheiro austríaco Eugen Wüster (1898-1977) nos anos trinta, em Viena (cf. Cabré, 2002:41). Segundo Cabré, o fundador interessou-se em desenvolver estudos de terminologia por razões práticas (ou «metodológicas»), isto é, para «superar los obstáculos de la comunicación profesional causados por la imprecisión, diversificación [variação] y polisemia del lenguaje natural. Wüster considera la terminologia como un instrumento de trabajo que debe servir de la forma eficaz a la desambiguización de la comunicación científica y técnica» (Cabré, 2002:41).

Cabré afirma que foi com a sua tese de doutoramento *Internacional Sprachnormung in der Technik, besonders in der Elektrotechnik*, publicada em 1931 que nasce a Terminologia, onde expõe os «motivos que justifican la sistematización de los métodos de trabajo en terminologia, establece los principios que deben presidir los trabajos sobre los términos y esboza las grandes líneas de una metodología de tratamiento de los datos terminológicos» (Cabré, 2002: 42). Porém, segundo esta autora, com a sua obra *Einführung in die Allgemeine Terminogielehr und Terminologische Lexikographie*, publicada em 1979, após a sua morte, Wüster apresenta os fundamentos teóricos que dão forma à sua Teoria Geral da Terminologia (TGT) (cf. Cabré, 2002: 42).

De acordo com Wüster:

la actividad terminológica se centra en la recopilación de *conceptos* y de términos para la normalización (fijación de nociones y denominaciones estandarizadas) de los términos de especialidad (es decir, de las unidades integradas por la asociación de un concepto y una denominación, de carácter simbólico, propias de la ciencia y de la técnica) con la finalidad de

asegurar la inivocidad de la comunicación profisional, fundamntalmente en el plano internacional (Wüster, 1998: 11).

Com a TGT, o principal objectivo de Wüster era «conseguir una comunicación inequívoca y sin ambigüidad sobre los temas especializados» (Wüster, 1998: 15).

Por consequência, os fundamentos da TGT baseiam-se nos seguintes pontos: (i) os *conceitos* são o objecto central da análise terminológica, (ii) limita-se ao *léxico*, isto é, às designações dos conceitos, (iii) toda a investigação em Terminologia limita-se ao *aspecto sincrónico* da língua (cf. Wüster, 1998: 22-3).

Assim, Wüster concebia a *variação linguística* como «toda perturbación de la unidad lingüística» (Wüster, 1998: 242) susceptível de provocar várias interpretações na comunicação de especialidade.

De acordo com Cabré, a finalidade do trabalho terminológico desenvolvido pela TGT tem por fim a normalização terminológica, pois, para Wüster, «los términos no tienen (...) valores pragmáticos ni presentan variación semántica porque son considerados solo dentro de un registro, el formal profisional» (Cabré, 2002: 45).

Assim, a terminologia wüsteriana, concebida como uma ciência interdisciplinar, «entre la lingüística, la ciencia cognitiva, la ciencia de la información, la comunicación y la informática» (Cabré, 1993: 72), percorreu até a década de mil novecentos e 90 sem oposição, até que surge a perspectiva comunicativa.

## 2. PERSPECTIVA COMUNICATIVA

Evidentemente, se a Terminologia participa da linguística, através das denominações dos conceitos, logo, é necessário ter-se em conta algumas considerações linguísticas acerca do carácter das denominações que compõem o léxico da língua geral e o léxico dos domínios de especialidade. Nesta conformidade, Krieger afirma que:

(...) no final do século passado, (...) o quadro referencial de exame dos termos voltou-se aos seus reais contextos de ocorrência. Com isso, identificou-se, por exemplo, a existência de variação e de sinonímia dos termos técnicos, aspectos não reconhecidos pela teoria tradicional. Ao contrário, agora se constata que o termo comporta-se de modo semelhante às unidades do

léxico geral, e que o léxico especializado não constitui uma língua à parte, como antes se julgava. Nesta medida, termo e palavra não se distinguem *a priori*, mas somente pelo conteúdo, especializado ou não, que veiculam nos atos comunicativos (Krieger, 2011: 446).

Assim sendo, conforme Krieger (cf. 2011: 447), orientada por princípios e fundamentos «linguístico-descritivos», surge, em Espanha, Barcelona, nos anos de 1990, uma nova perspectiva teórica denominada Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) fundada por Teresa Cabré, cujos princípios e fundamentos apontam para as variações terminológicas linguísticas como fenómenos próprios da língua que devem ser descritos e explicados.

Nesta perspetiva, Cabré afirma que «(p)ara la lingüística, los términos son el conjunto de signos lingüísticos que constituyen un subconjunto dentro del componente léxico de la gramática del hablante. La posición de la lingüística es clara: los términos no se distinguen de las palabras del componente léxico, son unidades del léxico de la gramática que forman parte de la competencia del hablante (...). «Esta competencia puede ser general (común a todos los hablantes) y especializada (restringida a grupos de hablantes). (...) Los términos son para a lingüística una manera de *saber*» (Cabré, 1999: 19).

Com efeito, Cabré afirma que «la comunicación especializada no es uniforme sino variada porque variadas son las condiciones pragmáticas en que se produce; fruto de esta variación, la terminología pasa a ser dinámica y diversa tanto formalmente (la denominación) como conceptualmente (el concepto)» (Cabré, 1999:14).

Assim, os princípios da TCT (cf. Cabré, 2002: 53- 4) resumem-se nos seguintes pontos:

- a Terminologia é uma ciência interdisciplinar fundamentada por uma teoria da linguagem (que contempla os aspectos linguísticos, cognitivos e sociais) inserida numa teoria da comunicação e numa teoria do conhecimento;
- a Terminologia deve descrever as diferenças entre conhecimento geral e conhecimento de especialidade, sem os separar da competência do indivíduo especialista, salvaguardando a «idiosincrasia» de cada um;
- um conceito pode fazer parte da estrutura conceptual de diferentes áreas do conhecimento especializado, conservando os seus traços característicos;
- a Terminologia deve admitir a variação e a sinonímia como fenómenos próprios da comunicação de especialidade e adoptar critérios para descrever as unidades terminológicas polissémicas e definir os limites da variação. .

Portanto, para a TCT, o fenómeno da variação ocorre em duas dimensões: variação formal (denominativa) e a variação conceptual. As unidades terminológicas são estudadas nos seus contextos linguísticos e sociais. É com base nesta visão que surge a Socioterminologia.

### **3. A SOCIOTERMINOLOGIA**

Para que o lingüísta, especialista em terminologia, desenvolva o seu trabalho de pesquisa é preciso levar em conta critérios básicos de variação terminológica no meio social, bem como critérios sociolinguísticos e etnográficos, porque as comunicações entre membros da comunidade em estudo podem gerar termos diferentes para um mesmo conceito ou mais de um conceito para um mesmo termo (cf. Faulstich, 1995: 1).

A Socioterminologia assume-se como a «disciplina que se ocupa da identificação e da caracterização das variantes lingüísticas dos termos em diferentes tipos de uso da língua» (Faulstich, 1995: 1).

A Socioterminologia surge no ano de 1981, no Canadá, com Jean-Claude Boulanger e Pierre Auger. Mas, é com a tese de doutoramento de François Gaudin, em 1993, que esta disciplina vê o seu desenvolvimento (cf. Krieger, 2011: 446) (cf. Faulstich, 2001: 19).

#### **3.1. PERSPECTIVA FUNCIONALISTA DA SOCIOTERMINOLOGIA**

É com Enilde Faulstich, no ano de 1995, no Brasil, que surge a perspectiva funcionalista da Terminologia, concebendo a variação terminológica como um processo de desenvolvimento das línguas.

Conforme Faulstich, o funcionalismo linguístico é a abordagem que descreve e explica a ocorrência das «condições de circulação do termo» nos discursos de especialidade. A autora afirma que uma unidade terminológica pode apresentar valores diferentes de acordo com a função que uma determinada variável apresenta num contexto específico de uso, o que faz com que a mesma unidade se realize inequivocamente como forma variante (Faulstich, s/d: 28) Por outro lado, uma determinada unidade terminológica é funcional porque pode assumir determinadas formas dentro do mesmo contexto de uso (cf. Faulstich, 2001: 20).

Por consequência, Faulstich defende que esta perspectiva é a abordagem satisfatória para o estudo prático dos fenómenos de variação, pois «os fenómenos variáveis ocorrem no sistema interno da língua em que estão redigidos os textos de especialidade. Trata-se, portanto, de variação regular intrínseca e não de variação superficial, voltada apenas para o registo do termo» (Faulstich, s/d: 29).

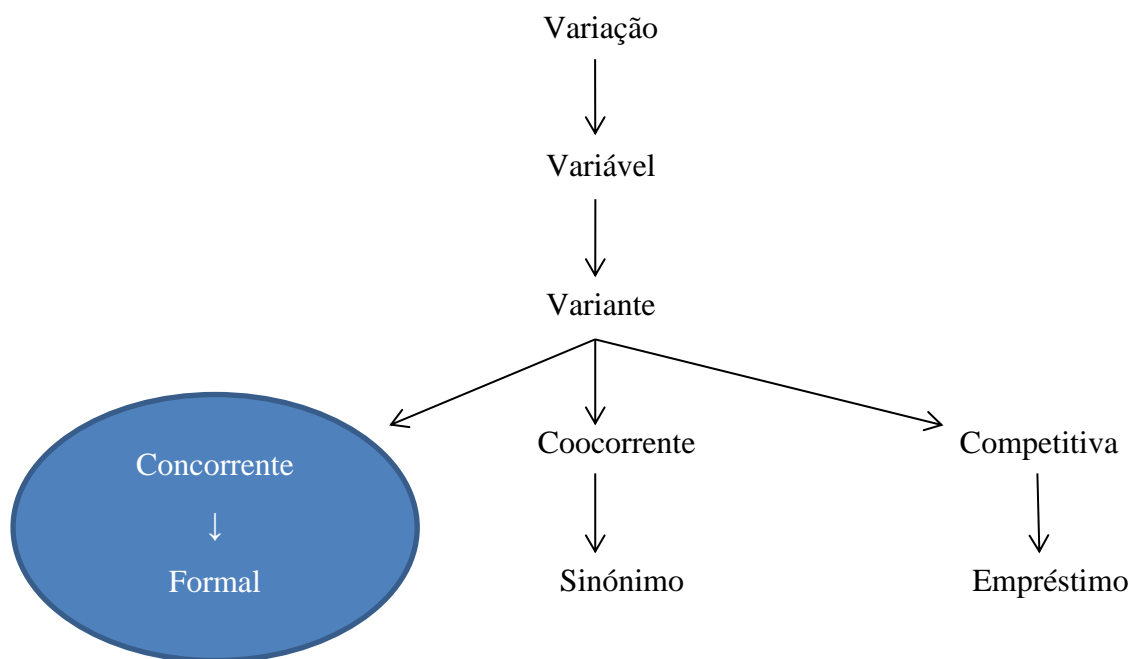
Portanto, os fundamentos teóricos da perspectiva funcionalista são os seguintes (cf. Faulstich, 2001: 25):

- dissociação entre estrutura terminológica e homogeneidade ou univocidade ou monorreferencialidade, associando-se à estrutura terminológica a noção de heterogeneidade ordenada;
- abandono do isomorfismo categórico entre termo-conceito-significado;
- aceitação de que, sendo a terminologia um facto de língua, ela acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática;
- Aceitação de que a terminologia varia e de que essa variação pode indicar uma mudança em curso.

Nesta perspetiva, apresentaremos, a seguir, a tipologia funcionalista de variação da Terminologia.

### 3.2. TIPOLOGIA FUNCIONALISTA DE VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA

A tipologia funcionalista de variação terminológica de Faulstich (2002) está elaborada com base no constructo teórico elaborado no ano de 1998, que representa as variações em movimento. Um constructo teórico fundamenta-se «en el poder de entender, conocer e interpretar los conceptos que integran una teoria»<sup>10</sup>. O constructo está elaborado do seguinte modo:



(cf. Faulstich, 2001: 26)

O esquema de variação que apresentámos acima está distribuído em categorias e subcategorias. As categorias dizem respeito à classificação das variantes num plano abrangente (mais geral), correspondendo as variantes concorrentes, coocorrentes e as competitivas. As subcategorias dizem respeito à classificação específica das categorias, correspondendo as variantes formais, os sinónimos e os empréstimos (cf. Faulstich, 2001: 25).

Optámos por nos delimitar na categoria das variantes concorrentes, dado os objectivos que pretendemos alcançar.

As variantes concorrentes «são aquelas que podem concorrer entre si, e permanecer, como tais, no estrato<sup>11</sup>, ou que podem concorrer para a mudança<sup>12</sup> (...). Se uma variante está

<sup>10</sup> <http://marioandresforeropinzon.blogspot.pt/2009/11/cual-es-la-caracteristica-de-un.html> acessado em 26/06/2015.

<sup>11</sup> Plano da terminologia do domínio.



presente no plano discursivo, a outra não aparece. Assim, as variantes concorrentes, nesse papel, se organizam em distribuição complementar. São variantes formais» (Faulstich, 2001: 26).

As variantes coocorrentes são aquelas que têm duas ou mais denominações para um mesmo referente, o que nos remete para a sinonímia. A sinonímia terminológica relaciona o sentido de duas ou mais unidades terminológicas com conceitos idênticos e podem coocorrer num mesmo contexto, sem que haja alteração no conteúdo (cf. Faulstich, 2001: 31).

No ano de 1999, Faulstich ampliou o seu constructo teórico da variação, tendo incluído as variantes competitivas na classe das categorias (concorrente e coocorrente), para justificar a presença dos empréstimos terminológicos, compreendendo os empréstimos como a ocorrência das unidades terminológicas de língua estrangeira na dada comunicação de especialidade.

Retomando a abordagem das variantes concorrentes, afirmámos que estas são classificadas como variantes formais. A variante formal é uma forma linguística que corresponde a uma das alternativas de denominação para um mesmo referente, podendo concorrer num mesmo contexto determinado (cf. Faulstich, 2001: 20). Consequentemente, este tipo de variação é vista por Faulstich como um processo que envolve pelo menos duas unidades lexicais que disputam a mesma posição, o que significa que as variantes vão adquirindo estabilidade sócio-discursiva, causando assim uma perda de expressão das outras que se opõem.

Para Freixa (2002), as variantes formais «responen a un fenomen lingüístic automàtic de desdoblament formal» (Freixa, 2002: 91). Tais dados linguísticos, segundo esta autora, dizem respeito às reduções, abreviaturas, siglas e os acrónimos que são de origem anafórico. Isto é, tais variações formais resultam para evitar a repetição de unidades terminológicas em discurso. Conforme a autora, as «variants és el tractament que han de rebre les reduccions, purs escurçaments d'origen anafòric, i les formes abreujades com poden ser abreviatures, sigles i acrònims».

De la Torre considera que as variantes formais correspondem às variantes denominativas. Estas são entendidas, segundo o autor, como as «unidades léxicas distintas para referir-se a un mismo concepto (...). Se presentan entre unidades terminológicas simples o sintagmáticas, que comparten el mismo referente (...)» (De la Torre, 2004: 62). Logo, denominar é atribuir um nome a um referente, isto é, a «relación que une una expresión linguística a una entidad

---

<sup>12</sup> A actividade discursiva é dinâmica e, neste sentido, a unidade terminológica pode sofrer alteração na sua estrutura morfossintáctica. Isto é, a alteração da sequência linear da unidade terminológica, dando lugar a outra forma terminológica sem que o conceito se altere.

extralingüística, una relación que se establece entre una unidad codificada y su referente (...)» (De la Torre, 2004: 62). Consequentemente, De la Torre afirma que os textos especializados recorrem de maneira natural a usos de variantes: «una vez introduzido un concepto, es común referirse a él por medio de expresiones alternativas con el fin de evitar la redundancia en el discurso» (De la Torre, 2004: 63).

Assim, de acordo com Faulstich (2002), a subcategoria das variantes terminológicas formais divide-se em variantes terminológicas linguísticas e variantes terminológicas de registo.

As variantes terminológicas de registo são aquelas cuja variação reflete diferenças geográficas nos usos linguísticos, diferenças essas que são de ordem temporal e discursiva. Assim, as variantes terminológicas de registo subdividem-se em três tipos: variante terminológica geográfica, variante terminológica de discurso e variante terminológica temporal.

A variante terminológica geográfica é aquela que ocorre no plano lexical de diferentes regiões cuja língua de comunicação de especialidade é a mesma.

A variante terminológica de discurso consiste na ocorrência de variantes mediante a «sintonia comunicativa que se estabelece entre elaborador e usuários de textos científicos e técnicos» (Faulstich, 2002: 70).

A variante terminológica temporal resulta do processo de mudança (alteração) que ocorre durante certo tempo entre duas formas (X e Y), até que uma forma se estabilize como a preferida.

Quanto às variantes terminológicas linguísticas, estas dividem-se nos seguintes tipos: variante terminológica morfossintáctica, variante terminológica lexical e variante terminológica gráfica.

As variantes terminológicas de registo não constituirão dados de análise para o presente trabalho dado que os processos de variação que caracterizam os nossos dados não constituem objectos de análise que remetem para as variantes terminológicas de registo.

### 3.2.1. VARIANTES TERMINOLÓGICAS LINGÜÍSTICAS

As variantes terminológicas linguísticas são aquelas que resultam da influência de factores linguísticos, como a dinâmica discursiva, a lei do menor esforço e economia da língua, porque propicia a alteração (modificação da sequência linear) da estrutura morfossintáctica das unidades, originando variantes formais lexicais. Para classificar os tipos de variantes linguísticas, obedeceu-se aos princípios seguintes: (i) a interpretação semântica como a base para a análise da unidade terminológica; (ii) as unidades terminológicas complexas são analisadas sob o ponto de vista funcional; (iii) os subsistemas da língua portuguesa constituem o fundo linguístico de análise; (iv) os usos escrito e oral são levados em conta. Este último princípio remete-nos para a observância das variações ortográficas, pelo que não o tivemos em conta.

Assim, os tipos de variantes são:

- **variante terminológica fonológica:** quando a variante apresenta marcas da fala;
- **variante terminológica morfológica:** quando a variante apresenta alternância de estrutura de ordem morfológica na constituição da unidade terminológica, sem que o conceito se altere. Conforme Faulstich (2002: 69), a variação ocorre nos afixos, isto é, no prefixo e no sufixo;
- **variante terminológica sintáctica:** quando a variante, sendo uma unidade terminológica complexa, se altera na forma e, conseqüentemente, na sua estrutura sintagmática. A alteração pode ocorrer pela substituição de uma unidade lexical por outra, mas da mesma categoria gramatical, como a expansão do adjectivo em locução adjectiva;
- **variante terminológica lexical:** quando ocorre a supressão de uma unidade lexical na unidade terminológica complexa, reduzindo, desta forma, a extensão da unidade terminológica complexa. A redução não altera a informação referencial, pois esta é recuperada no contexto discursivo;
- **variante terminológica gráfica:** ocorre quando a unidade terminológica se apresenta diversificada de acordo com as regras de escrita.

(cf. Faulstich, 2002: 68-9)

As variações terminológicas fonológicas não serão analisadas, uma vez que não fazem parte do âmbito do nosso trabalho.

A proposta de variação ao nível lexical de Faulstich considera como dados de variação lexical aquelas unidades terminológicas complexas que são suprimidas no princípio ou no fim da unidade terminológica.

A situação de variação inversa dá-se quando se acrescenta um constituinte terminológico<sup>13</sup> à unidade terminológica simples ou complexa, ocorrendo o processo de expansão da unidade. Dito de outro modo, há expansão terminológica quando se acrescenta uma unidade lexical à uma unidade terminológica simples ou complexa, sem que o conceito se altere. Neste caso, o processo de acrescentamento dá lugar a uma unidade variante.

Na mesma perspectiva que Faulstich, acerca dos processos de variação terminológica no plano formal, encontra-se Freixa, tendo esta última autora apresentado, em 2002, a sua proposta de classificação das variantes formais.

### 3.3. PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO FORMAL DAS VARIANTES DE FREIXA

Freixa considera que «les variants responen a un fenomen lingüístic automàtic de desdoblament formal» (Freixa, 2002: 91). Com esta visão, a autora defende que as variantes formais podem ser divididas em três tipos principais: variação morfossintáctica, variação por redução (lexical) e variação gráfica. Porém, a autora concebe os tipos como classes, uma vez que prevê o desdobramento dos tipos citados. Conforme Freixa, «Les variants, se'n sole distingir tres classes principles: a) la variación d'ordre sintàctic o morfosintàctic (variació de preposició, de gènere, de nombre, alternança entre absència i presència d'article dins d'un sintagma, etc.), b) d'ordre morfològic (canvi d'algun element afixal) i c) d'ordre gràfic (quan es produeix un canvi ortogràfic o tipogràfic)» (Freixa, 2002: 91). Neste sentido, Freixa apresenta a sua proposta de classificação formal das variantes:

	TIPUS	SUBTIPUS
	Terme i forma artificial	Terme i símbol
		Terme i fórmula química
		Terme i altra forma artificial

<sup>13</sup> Unidade lexical simples de categoria nominal ou adjectival.com valor especializado, podendo assumir-se como uma unidade terminológica autónoma ou um elemento que participa na formação da unidade terminológica complexa.

<b>Canvis gràfics</b>	Terme i abreviació	Terme i sigla
		Terme i abreviatura
	Canvi ortogràfic	
<b>Canvis morfosintàctics</b>	Manteniment de l'estructura	Absència/presència d'article
		Canvi de nombre
		Canvi de preposició
		Canvi de gènere
	Canvi de l'estructura	$[N+A]/[N+SP]$
		Monolèxic/polilèxic
		Altres canvis d'estructura
<b>Reduccions</b>	Reduccions de l'extensió	Tipus $[N+X]=[N]$ <ul style="list-style-type: none"> <li>• <math>[N+A]=[N]</math></li> <li>• <math>[N+SP]=[N]</math></li> <li>• <math>[N_1+N_2]=[N_1]</math></li> </ul>
		Tipus $[N+X+Y]=[N+X]$ $[N+SP+A]=[N+SP]$ $[N+A_1+A_2]=[N+A_1]$ $[N+SP_1+SP_2]=[N+SP_1]$
		Altres reduccions de l'extensió
	Reduccions de la base	$[N+A]=[N]_N$
		$[N_1+N_2]=[N]_2$
		$[N_1+SP+(de+N_2)]=[N_2]$
	Altres reduccions	
<b>Canvi lèxic</b>	Unitats monolèxiques	
	Unitats polilèxiques	Canvi de base <ul style="list-style-type: none"> <li>• <math>[N+SP(\text{prep}+\text{art}+N)]</math></li> <li>• <math>[N+A]</math></li> <li>• Altres canvis de base</li> </ul>

**Figura 3** – proposta de variants terminològiques formals de Freixa (2002: 281-2)

A nosso ver, a proposta de Freixa converge com a proposta de Faulstich. No que diz respeito às reduções, Freixa desdobra este tipo de variação em subtipos de reduções, de modo a facilitar à análise das variações. Os subtipos são: redução da base e redução da extensão. A base corresponde à unidade base de um sintagma terminológico, podendo ser um nome ou um adjetivo. Um sintagma terminológico é «una unidad compuesta relativamente fija de al menos dos unidades gráficamente simples, susceptible de ocupar en la frase una posición de constituyente sintáctico mínimo autónomo y que es la denominación de un concepto comprendido en el sistema conceptual de un dominio de especialidad» (Adelstein, 2002: 105-6). Como se observa, o conceito de sintagma terminológico remete-nos para a definição de uma unidade terminológica complexa. Ao passo que uma unidade terminológica simples é aquela que é formada por uma só unidade lexical, compreendendo a denominação de um conceito.

Para além das duas propostas apresentadas, no âmbito dos estudos das variações formais lexicais, há ainda outro tipo: a reformulação. A variação por reformulação é abordada por De la Torre. Para esta autora, a reformulação «es cuantitativamente más extensa que X (...) porque en ella podemos apreciar un mayor número de unidades léxicas. Cualitativamente, consideramos que [a reformulação] cumple la función de expandir la formulación inicial (...) con el fin de hacer un comentario explicativo más claro» (De la Torre, 2004: 193). Neste sentido, podemos ver a intervenção possível de dois processos na actualização da unidade terminológica em discurso: a substituição de constituintes e o acréscimo simultaneamente, dando origem a uma variante formal.

Assim, é com as propostas apresentadas acima que pretendemos analisar as unidades terminológicas que apresentam alterações na sequência linear, isto é, na estrutura morfossintáctica, dando lugar a variantes formais.

Uma vez que as unidades terminológicas são analisadas sob o ponto de vista funcional, passaremos, a seguir, para o capítulo dedicado à constituição, selecção do *corpus* de análise e à observação dos dados terminológicos. A noção de *datos terminológicos* remete-se para a informação atinente à unidade terminológica actualizada em discurso. Concentrar-nos-emos no aspecto formal das unidades.

### **CAPÍTULO III – METODOLOGIA PARA O TRATAMENTO DO *CORPUS* E OBSERVAÇÃO DAS VARIAÇÕES**

Este capítulo destina-se ao tratamento do corpus e identificação dos processos de variação terminológica com ajuda do programa semiautomático CONCAPP. Faremos uma abordagem ao texto de especialidade, dado a sua pertinência no trabalho terminológico. Pretendemos analisar teoricamente o texto de especialidade escrito.

#### **1. O TEXTO DE ESPECIALIDADE**

O texto de especialidade é um «produto *estável*, resultante de uma actividade intelectual e profissional, provindo de uma comunidade de comunicação restrita» (Costa, 2001: 60).

O texto «provindo de uma comunidade de comunicação restrita», é também entendido como um enunciado e como um discurso. Segundo Contente, o enunciado/texto é «constituído por frases articuladas entre si por conectores e por elementos semânticos e formais, apresentando algumas especificidades do domínio» (Contente, 2008: 154).

A autora considera que o enunciado «explora os recursos do sistema da língua, no eixo sequencial (sintagmático), onde acontecem as ocorrências concretas» (Contente, 2008: 154). Os recursos do sistema da língua constituem a actualização dos planos linguísticos, tais como, por exemplo, o plano lexical e o plano gramatical.

Costa (2001: 67-71) considera que a análise da produção do texto deve ter em conta questões relacionada com o contexto e com os intervenientes.

O contexto é assim uma dimensão textual constituída pelos «elementos linguísticos e extralinguísticos que dão conta da interacção da linguagem com a vida social, que fazem com que o texto possa ser analisado ao mesmo tempo como um processo e um resultado» (Costa, 2001: 67).

Para Gallisson, o contexto linguístico é «o conjunto de elementos realmente presentes no texto, na vizinhança próxima ou distante da unidade considerada» (Gallisson e Coste, 1983: 159).

Da definição apresentada por Gallisson e Coste podemos deduzir que dois tipos de contextos linguísticos podem ser considerados: um contexto mais restrito e outro mais abrangente. O contexto restrito corresponde àquele cujos elementos estão mais próximos da unidade de

interesse. O contexto mais abrangente corresponde àquele cujos elementos se encontram mais distantes da unidade de interesse.

Nesta perspectiva, estes tipos de contextos linguísticos serão considerados na análise que faremos aos dados. Consideramos as concordâncias obtidas com o tratamento semiautomático contextos restritos que nos servirão para identificar as formas que poderão ser consideradas candidatos a unidades terminológicas.

A pertinência da abordagem teórica ao texto de especialidade resulta do facto de um domínio de especialidade se reflectir nos textos que veiculam as informações das actividades da área, sendo as unidades terminológicas portadoras de informação referencial.

É a partir de textos de especialidade que se realizam as pesquisas terminológicas. Daí a necessidade da constituição de um *corpus*.

## **2. CORPUS TEXTUAL**

Entende-se por *corpus* «uma colecção de textos reunidos de áreas variadas ou não, com um propósito específico de análise» (Guilherm Fromn, s/d: 1). Por sua vez, Sardinha afirma que um *corpus* é «um conjunto de dados linguísticos escritos (...), sistematizados segundo determinados critérios, (...), de maneira que sejam representativos da totalidade do uso linguístico ou de alguns de seus âmbitos» (Sardinha, 2000: 338).

Assim, com base na noção de *corpus* como sendo «uma colecção de textos», dispusemo-nos a seleccionar um conjunto de textos com o propósito de observar o «uso linguístico» com a finalidade de analisar a variação ao nível do texto.

### **2.1. METODOLOGIA PARA A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS***

Os critérios que adoptámos para a constituição do *corpus* foram os seguintes:

- textos de uma área do domínio em abordagem:

Decidimos analisar os textos atinentes à legislação do subsistema do ensino superior.

- textos representativos de um grupo de comunicação restrita:

A recolha dos textos foi realizada no Departamento de Produção Legislativa. Os textos são da autoria do grupo técnico que elaboram projectos de lei.



- textos representativos de um discurso científico:

Por sua vez, consideramos serem textos representativos de um discurso científico, àqueles textos cuja «produção textual e discursiva constitui um tipo» (Costa, 2001: 82) de texto, como os decretos.

- textos monolíngues (língua portuguesa);
- textos vigentes (documentos que não estejam em elaboração).

Assim, com base nestes critérios adoptados, seleccionaremos o *corpus* de análise.

### 2.1.1. CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

Neste capítulo, apresentamos os tipos de documentos recolhidos no Departamento de Produção Legislativa do Gabinete Jurídico, a saber:

- **Brochura**

A *Brochura* é uma «encadernação em que o miolo do livro é coberto por uma capa mole, geralmente feita de papel ou cartolina, a qual é colada na lombada»<sup>14</sup>. Assim, o nosso corpus possui duas brochuras, cujos miolos são os documentos em discussão<sup>15</sup> e os anexos dos documentos. Estes documentos, embora sejam documentos atinentes à legislação, são ainda projectos em discussão.

Neste tipo, incluímos as brochuras com os Anexos dos Documentos em Discussão, Resumo das Principais contribuições ao Ante-Projecto de Normas Gerais Reguladoras do Subsistema do Ensino Superior. Também retivemos o Encontro de Auscultação Sobre o Pacote Legislativo do Ministério do Ensino Superior. Este documento é uma brochura que contém os Ante-Projectos de lei, nomeadamente, a Proposta de Normas Gerais Reguladoras do Subsistema do Ensino Superior, a Proposta de Estatuto da Carreira do docente do Ensino Superior, Proposta de Regulamento da Prova Pública de Aptidão Pedagógica e Científica do

---

<sup>14</sup> <https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090811164252AAUSscl>, acessado no dia 03/03/2015, às 16. 00. Cf. também Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa, I Volume A-F, 2001, p. 585.

<sup>15</sup> Ante-Projecto de Normas Gerais Reguladoras do Subsistema do Ensino Superior; Ante-Projecto de Estatuto da Carreira do docente do Ensino Superior; Proposta de Regulamento da Prova Pública de Aptidão Pedagógica e Científica do Docente do Ensino Superior; Proposta de Estatuto Remuneratório do Docente do Ensino Superior.

Docente do Ensino Superior e a Proposta de Estatuto Remuneratório do Docente do Ensino Superior.

- **Decreto**

Um *Decreto* é um acto administrativo da competência do titular do Poder Executivo, «que assegura o cumprimento das leis (...)» (Constituição da República de Angola, 2010: 39-40).

Um decreto «tende a manter os direitos no património e não pode, em princípio, acarretar a sua transmissão» (Prata, 2013: 43). Tornando-se lei, nele são dispostas as normas e procedimentos com o objectivo de explicar e assessorar, tanto os administrados quanto os próprios agentes públicos, no correcto cumprimento das leis, não podendo as ultrapassar. Assim, um decreto é um «acto do Governo de natureza regulamentar, promulgado ou forçosamente assinado pelo Presidente da República» (Prata, 2013: 452).

O Decreto n.º 90/09 de 15 de Dezembro é o regulamento que estabelece as normas gerais reguladoras do subsistema do ensino superior. Este decreto, apesar de definir as normas gerais de funcionamento do subsistema, não é um decreto presidencial, porque no ano 2009, ano da criação do decreto, o titular do poder executivo era um Primeiro Ministro.

O Decreto Presidencial n.º 233/12 de 4 Dezembro é o estatuto orgânico do Ministério do Ensino Superior. Este decreto é presidencial, porque compete ao Presidente da República de Angola «definir a orgânica e estabelecer a composição do Poder executivo» (Constituição, 2010: 44).

- **Resumo**

Os *resumos* dizem respeito aos registos das principais contribuições de natureza jurídica que o grupo técnico recebeu a quando do processo legislativo.

Neste tipo, incluímos os resumos das principais contribuições ao diagnóstico, políticas e medidas para a reforma e a melhoria da Gestão da Qualidade do Subsistema do Ensino Superior, ou seja, o resumo das Principais contribuições ao Ante-Projecto de Estatuto da Carreira do Docente do Ensino Superior, assim como o Resumo das Principais contribuições ao Ante-Projecto de Regulamento da Prova Pública de Aptidão Pedagógica e Científica do Docente do Ensino Superior.

- **Relatório**

Um relatório é um «documento que se caracteriza por conter informação que reflete o resultado de uma investigação ou de um trabalho»<sup>16</sup>. Trata-se de um relato escrito dos factos ocorridos em áreas de uma instituição pública ou privada.

Neste grupo incluimos as *Linhas Mestras para a melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior*. Este documento é um relatório que descreve os problemas do ensino superior e aponta os caminhos para a melhoria do mesmo ensino e para a melhoria do subsistema do ensino superior, em geral.

### **2.1.2. SELECÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE**

Depois de termos recolhido os documentos que foram apresentados acima, seleccionámos os decretos porque decidimos analisar a terminologia da legislação, uma vez que os decretos seleccionados asseguram o cumprimento das leis que estruturam a orgânica e o funcionamento do MES. Dada a importância destes dois decretos (documentos reitores) para o órgão de tutela do subsistema do ensino superior, torna-se efectivamente pertinente que sejam objectos de análise do ponto de vista terminológico.

## **3. TRATAMENTO SEMIAUTOMÁTICO DO *CORPUS* DE ANÁLISE**

Para o tratamento semiautomático do *corpus* de análise utilizámos o programa CONCAPP, que é um software que permite o tratamento semiautomático de textos, sendo, neste sentido, um programa de orientação textual.

---

<sup>16</sup> Cf. <http://conceito.de/relatorio> acessado a 03/12/2015.

### 3.1. DICIONÁRIO ALFABÉTICO DE FORMAS

O dicionário alfabético de formas permite-nos obter as formas por ordem alfabética acompanhadas das suas respectivas frequências. Observe-se a figura abaixo.

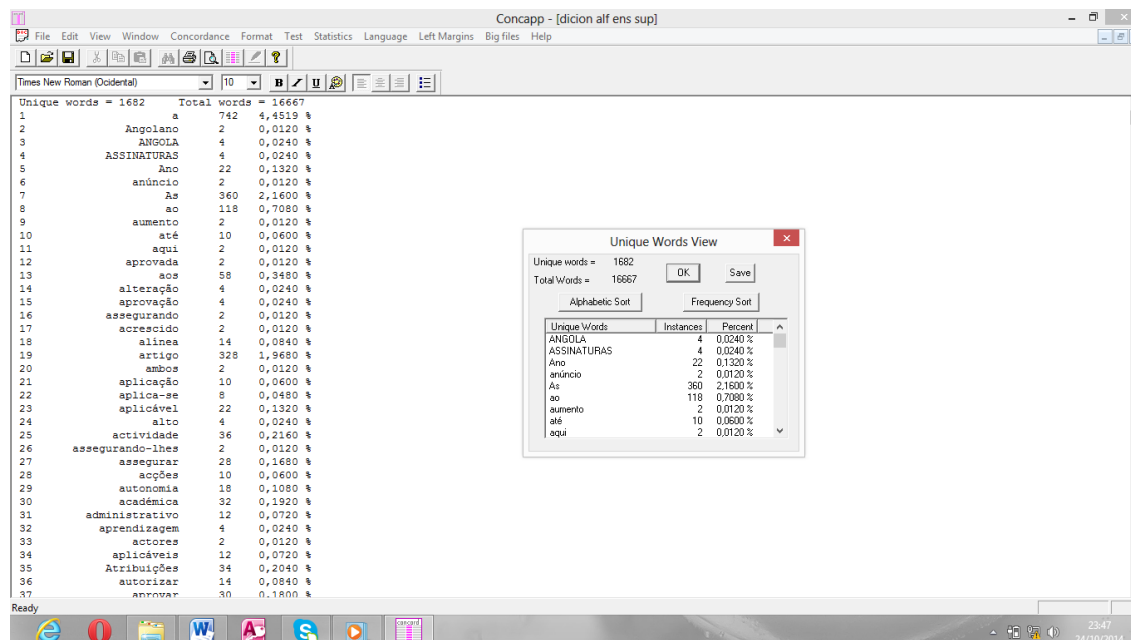


Figura 4 – formas por ordem alfabética

O *corpus* de análise com o qual trabalhamos é constituído por 25.489 formas. Costa considera que «a noção de representatividade (...) não pressupõe a noção de quantidade, dado que a produção de textos numa área de especialidade, numa língua determinada, pode ser diminuta, assumindo o tamanho do corpus um valor relativo» (Costa, 2001: 37).

Por conseguinte, para identificarmos os casos de variação, adoptámos o critério de selecção de formas de frequência alta e de frequência baixa, pela probabilidade das formas designarem conceitos do domínio do subsistema em questão. A «frequência das formas em si não é suficiente», «o sentido das palavras também entra em jogo para considerar a representatividade» (Sardinha, 2000: 344). No nosso caso específico, falamos em unidades terminológicas, uma vez que o nosso trabalho se situa numa área de especialidade.

Neste sentido, optámos por seleccionar as formas que pertencem à classe dos nomes e dos adjectivos do domínio em que estamos a trabalhar, já que são estas as categorias lexicais que activam o significado referencial do domínio em questão.

### 3.2. SELECÇÃO DE FORMAS DE ALTA E BAIXA FREQUÊNCIA

Observe-se a figura abaixo que dá conta das formas seleccionadas:

FORMAS	FREQUÊNCIAS
alto	4
Condições	17
Criação	72
Docente	55
Ensino	552
Extensão	15
Formação	72
Instituições	289
Investigação	55
Liberdade	5
Mobilidade	7
Nível	15
Princípios	10
Quadro	24
Quadros	30
Senado	9
Subsistema	51
Superior	483
Tutela	85

**Figura 5** – frequência das formas seleccionadas

Seleccionámos 19 formas. Entre elas constam formas de frequência alta e baixa pertencentes à classe nominal e adjectival. Como afirmámos no ponto anterior, uma vez que são os nomes e os adjectivos (se bem que verbos também) que activam a informação referencial de um domínio de especialidade, seleccionámos as formas de alta e baixa frequência, porque têm fortes probabilidades de designarem conceitos do domínio do subsistema do ensino superior, uma vez que, para a noção de representatividade, a frequência tem valor relativo (cf. Costa, 2001: 37).

Assim, o objectivo da selecção destas unidades terminológicas é permitir, por conseguinte, observar a sequência linear com as unidades que se encontram à esquerda e à direita da forma seleccionada.

### 3.3. IDENTIFICAÇÃO E OBSERVAÇÃO DO COMPORTAMENTO DE UNIDADES TERMINOLÓGICAS A PARTIR DE CONCORDÂNCIAS

Para identificarmos as unidades terminológicas, observámos o comportamento das formas que ocorreram nos textos a partir das concordâncias.

Para Contente, «as concordâncias são contextos (...) relativamente curtos, [que] contêm uma forma em posição “pivot” com cinco ou (dez) formas à direita e à esquerda. Essa forma pode ser [uma unidade terminológica]» (Contente, 2008: 156). Nesta perspetiva, a partir das formas apresentadas na Figura 5, optámos por fazer as suas concordâncias para verificar o seu comportamento num contexto linguístico mais curto.

A figura abaixo é ilustrativa de uma lista de concordâncias, cuja forma-pivot é a forma *ensino*.

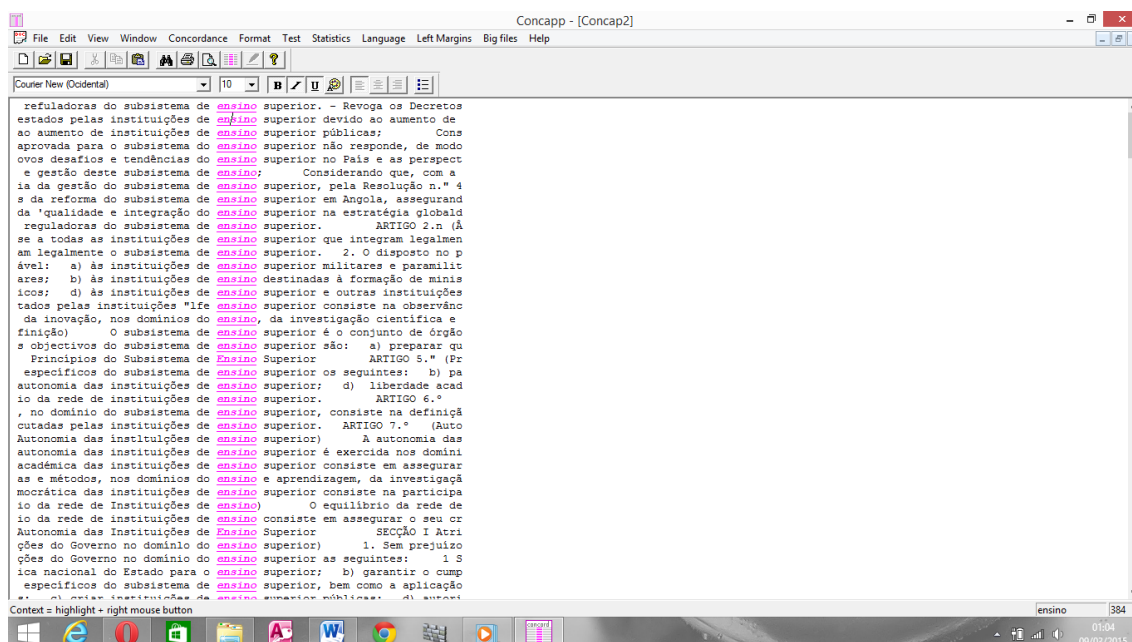


Figura 6 - concordância da forma-pivot *ensino*

Na primeira ocorrência que perfaz a concordância, observámos o comportamento da forma *ensino* com as outras ocorrências que figuram à sua esquerda e à sua direita. A seguir, identificámos dois candidatos a unidades terminológicas que, a nosso ver, disputam a mesma posição no contexto. Considerámos as formas sublinhadas abaixo como candidatos a unidades terminológicas tendo em conta que elas apresentam informação referencial do domínio do subsistema do ensino superior, devendo, no entanto, serem submetidos à validação pelo(s) especialista(s) do domínio referido.

Exemplo:

envolvimento da instituição de ensino superior. 2. As entidades  
 pode promover instituições de ensino superior nos diferentes espaço  
 ncionamento da instituição de ensino, com respeito ao disposto no p  
 a da gestão da instituição de ensino; e) criar e assegurar as con  
 ncionamento da instituição de ensino; d) arrecadar as receitas re

Como dissemos em (3.2.) do segundo capítulo, as variações formais envolvem no mínimo duas unidades terminológicas. Ao seleccionarmos as formas sublinhadas (e as que constituem os nossos dados), levámos em conta a identidade de pares de unidades terminológicas, conforme se vê nas formas sublinhadas acima, na primeira e na terceira linha da lista de concordâncias. Conforme Faulstich (2001: 20), as variantes formais, «no plano da proporcionalidade, apresentam certa identidade. (...) Para uma dada forma [unidade terminológica X], há entidades lingüísticas de grande proximidade [unidade terminológica Y], que se apresentam como formas condensadas ou expandidas escritas de maneira identica, com o mesmo significado». É com base nestas ideias que identificaremos e apresentaremos os pares de variantes formais. Neste sentido, as duas unidades abaixo constitui um exemplo:

*instituições de ensino superior* (unidade terminológica X)

*instituições de ensino* (unidade terminológica Y)

As duas unidades terminológicas são complexas. O candidato *instituições de ensino superior* é constituído da seguinte forma: [N + Prep + N + Adj]. Por sua vez, o candidato *instituições de ensino* possui a estrutura [N + Prep + N], cujos constituintes participam no primeiro candidato (X). No *plano da proporcionalidade*, como diz Faulstich, observámos a supressão do adjectivo *superior* no candidato (Y).

Para que as duas unidades sejam consideradas variantes, elas devem, em último caso, ser capazes de disputarem a mesma posição no contexto e conservarem a mesma informação referencial. Caso isso se verifique, em situação de uso, elas distribuir-se-ão complementarmente no mesmo contexto. Entretanto, as variantes não ocupam o mesmo espaço ao mesmo momento «por causa da própria natureza da concorrência» (Faulstich, 2001: 26). Se uma está presente, a outra não aparece.

Nesta medida, teremos, na realidade, uma unidade de referência, à qual Freixa designa de *forma prioritizada/denominacion de partida* e a variante. A primeira unidade é a que introduz a informação referencial, isto é, o conceito, e a segunda funciona como alternativa da

primeira. Pois, conforme De la Torre, uma «vez introduzido un concepto, es común referirse a él por medio de expresiones alternativas con el fin de evitar la redundancia en el discurso» (De la Torre, 2004: 63).

Logo, considerámos a forma de referência *denominación de partida* como sendo a primeira forma que identificámos a partir da concordância semiautomática. A título ilustrativo, observemos abaixo o exemplo já apresentado acima, donde sublinhámos os dois candidatos:

envolvimento da instituição de ensino superior. 2. As entidades  
pode promover instituições de ensino superior nos diferentes espaço  
ncionamento da instituição de ensino, com respeito ao disposto no p  
a da gestão da instituição de ensino; e) criar e assegurar as con  
ncionamento da instituição de ensino; d) arrecadar as receitas re

Dada à dinâmica discursiva, as *expressiones alternativas* apresentam modificação/alterações na sequência linear, ou seja, na estrutura morfossintáctica. «Esta modificación es una manifestación observable una vez actualizado el sintagma terminológico, entre su carácter analítico, por un lado, y las exigencias de economía verbal, por outro. Como proceso, la reducción da lugar a (...) una variante léxica (...) que designa el mismo concepto que el ST pleno» (Adelstein, 2002: 106).

Assim, o facto de a actividade discursiva do emissor/produtor textual recorrer-se às *expresiones alternativas* para evitar as repetições, as unidades variantes acabam por ganhar estabilidade sócio-discursiva, porque se realizam com frequência. Estas unidades são as que compreendemos por formas variantes, e podem apresentar casos de variação morfossintáctica, redução lexical, expansão e reformulação.

Voltando para as duas formas em análise, *instituições de ensino superior/instituições de ensino*. Em relação à primeira ocorrência, no candidato *instituições de ensino* verifica-se a supressão do adjectivo *superior*, processo que dá lugar a uma variante formal reduzida.

O critério da frequência com o qual pudemos obter os pares de variantes (forma de referência/forma variante) é também justificado por Freixa. Conforme esta autora: «Per fer la reducció dels grups polidenominatius a parelles, (...) fer parelles a partir d'una forma prioritzada (amb criteris com la freqüència, (...) l'opinió dels especialistes) i totes les altres denominacions respecte d'aquesta primera» (Freixa, 2002: 269). Nesta condição, é de esperar que as ocorrências de frequência alta sejam as formas/unidades terminológicas mais curtas, já que reduzem o esforço memorial e articulatório.



Neste sentido, pudemos verificar nos nossos dados, o que foi dito acima. Enquanto as formas reduzidas apresentaram frequência alta em relação às formas de referência, as variantes morfosintáticas e lexicais por expansão bem como a reformulação apresentaram frequência baixa em relação às formas de referência. Para estes três últimos processos (redução, expansão e reformulação) observámos que influencia o carácter analítico da unidade terminológica, no que toca ao sentido referencial, mediante o contexto de uso e a dinâmica discursiva, facto que exige mais dispêndio de energia.

Uma vez que não nos foi possível consultar o(s) especialista(s), a par do critério da frequência recorremos ao contexto mais alargado, já que este critério constitui, em última análise, «a atitude que implica a possibilidade de identificação de variantes dentro de um mesmo contexto» (Faulstich, 2001: 20), porque serve de «un mismo territorio semántico» (De la Torre, 2004: 173).

Assim, para concluirmos a análise sumária à volta das duas unidades terminológicas apresentadas acima, observámos a frequência das mesmas: *instituições de ensino superior* (236) vezes e *instituições de ensino* (253) vezes. Após a verificação da frequência, observámos a ocorrência das mesmas unidades no mesmo contexto, o que nos permitiu concluir que a segunda é, inequivocamente, uma variante da primeira e esta, a unidade terminológica de referência. Como exemplo, apresentamos o contexto de ocorrência:

«as instituições de ensino superior que integram legalmente o subsistema de ensino superior».

«as instituições de ensino que integram legalmente o subsistema de ensino superior».

Esta análise permitiu-nos ter em conta os critérios de frequência e de contexto para chegarmos às propostas de, por um lado, obtermos uma forma de referência, por outro, uma forma variante, apontando para a mesma informação referencial.

Este comportamento de variação terminológica ocorre no plano formal, isto é, na estrutura. Daí que propomo-nos analisar os seguintes tipos de variação formal, que abaixo apresentamos.

Nº	TIPOS DE VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA FORMAL
1	VARIAÇÃO MORFOSSINTÁCTICA

<b>2</b>	<b>VARIAÇÃO FORMAL POR REDUÇÃO</b>
<b>3</b>	<b>VARIAÇÃO FORMAL POR EXPANSÃO</b>
<b>4</b>	<b>VARIAÇÃO FORMAL POR REFORMULAÇÃO</b>

**Figura 7** – tipos de variação terminológica formal lexical

As variações terminológicas morfossintáticas apresentam alterações morfológicas e sintáticas na constituição da unidade terminológica (Faulstich, 2002: 69). De acordo com Freixa, a variação morfossintática ocorre pelos processos seguintes:

- «la variació de preposió, de gènere, de nombre, alternaça entre absència i presència d'article dins d'un sintagma, etc;
- b) la variació d'ordre morflògic, (...)» (Freixa, 2002: 91).

A redução é «la modificación de la secuencia lineal del [unidad terminológica] por la elisión de uno o más de sus constituyentes» (Adelstein, 2002: 106). De acordo com De la Torre, a redução acontece quando os «rasgos o componentes formales y de contenido de la primeira variante se condensan y sintetizan en la segunda variante» (De la Torre, 2004: 191).

A expansão consiste no acréscimo de constituintes formais ou traços de conteúdo que não estão presentes na primeira variante (Idem).

A reformulação é, para De la Torre, uma expressão Y, sendo a segunda variante, quantitativamente mais extensa que X, a primeira variante, com o fim de fazer um comentário explicativo mais claro. Para Freixa, este tipo de variação é classificado como «canvis lèxics» (Freixa, 2002: 281), isto é, *mudanças lexicais*, pelo processo de substituição de um ou mais dos constituintes lexicais por outros.

Ainda no que toca às reduções e as expansões, estes tipos de variações podem ocorrer mediante processos distintos. Daí que os desdobrámos, conforme a proposta de Freixa<sup>17</sup>, nos subtipos seguintes:

<sup>17</sup> cf. página 25-6 do presente trabalho.

SUBTIPOS DE VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA FORMAL	
1. VARIAÇÃO FORMAL POR REDUÇÃO	a) REDUÇÃO DA BASE b) REDUÇÃO DA EXTENSÃO
2. VARIAÇÃO FORMAL POR EXPANSÃO	c) VARIAÇÃO POR EXPANSÃO DA BASE

**Figura 8** – subtipos de variação terminológica formal lexical

A noção de *base* remete-nos para uma forma-pivot. Esta opção constitui uma operação metodológica para nos facilitar na observação e análise dos dados.

Sendo assim, entendemos por redução da base a supressão de um constituinte lexical que se encontra mais próximo da base, quer seja à esquerda, quer seja à direita.

A redução da extensão consiste na supressão de constituinte(s) lexical(is) que se encontra(m) mais distante(s) da base, quer seja à esquerda ou à direita.

A expansão da base ocorre por meio do acréscimo de constituinte imediatamente à base, quer seja à esquerda ou à direita.

### 3.4. DADOS TERMINOLÓGICOS IDENTIFICADOS

Por dados terminológicos, entende-se toda a informação relativa a uma unidade terminológica no que toca à vertente linguística, como os sinónimos, a definição, o contexto (cf. Costa, 1993: 12). No nosso contexto, os dados remetem para as ocorrências de variantes formais concorrentes. Iremos apresentar as variantes em grupos de pares mediante os tipos e os seus subtipos de variação. Nesta ordem metodológica, considerámos grupos de pares as diferentes unidades terminológicas apresentadas em pares numa mesma figura que refletem o mesmo tipo e/ou subtipo de variação. De acordo com Freixa, «Per poder classificar les divergències formals que presenten les diferents denominacions per a una mateixa noció ens ha calgut reduir tots els grups denominatius a parelles» (Freixa, 2002: 269).

Assim, apresentámos abaixo duas figuras. Elas contemplam quatro campos: o campo da forma de referência, o campo da frequência da forma de referência, o campo da forma

variante e o campo da frequência da variante. O campo da forma variante diz respeito às formas alternativas em oposição às formas de partida – as formas de referência. Neste sentido, a nossa observação incidiu-se no plano sequencial (horizontal) das formas que as temos como candidatos a unidades terminológicas.

Forma de referência	Freq	Forma variante	Freq
<b>Iº grupo</b>			
subsistema de <u>ensino</u> superior	30	subsistema do <u>ensino</u> superior	7
<u>condições</u> técnico-pedagógicas	2	<u>condições</u> técnicas e pedagógicas	2
<b>IIº grupo</b>			
<u>Senado</u>	9	<u>Senado</u> universitário	4
quadros de alto <u>nível</u>	6	quadros de alto <u>nível</u> superior	3
<b>IIIº grupo</b>			
<u>formação</u> de quadros de alto nível	4	quadros com <u>formação</u> científico-técnica e cultural	2

**Figura 9** – casos de variação morfossintáctica, acréscimo de formas e substituição

No primeiro grupo, observámos alterações de ordem morfossintáctica nas formas que preenchem o campo das variantes em oposição às formas do campo de referência. No segundo grupo, observámos, no campo das variantes, a presença de formas que não estão presentes no campo oposto (à esquerda). No terceiro grupo, observámos, no campo das variantes, a ausência de formas que estão presentes à esquerda.

Forma de referência	Freq	Forma variante	Freq
<b>Iº grupo</b>			
subsistema de <u>ensino</u> superior	30	subsistema de <u>ensino</u>	36

subsistema de <u>ensino</u> superior	30	<u>ensino</u> superior	442
<b>IIº grupo</b>			
<u>extensão</u> universitária	4	<u>Extensão</u>	16
<u>investigação</u> científica	35	<u>Investigação</u>	562
<b>IIIº grupo</b>			
<u>instituições</u> de ensino superior	236	<u>instituições</u> de ensino	253
quadro de pessoal <u>docente</u>	2	pessoal <u>docente</u>	8

**Figura 10** – casos de variação atinente às supressões lexicais

Na Figura 10, pudemos observar nos dois primeiros grupos, na coluna das variantes, supressões de formas que ocorrem junto das formas-pivot (as formas sublinhadas), nas formas de referência.

No terceiro grupo, observámos, nas formas variantes, supressões das formas que ocorrem mais afastadas das formas-pivot, nas formas de referência.

Assim, pudemos verificar que há variação formal num *corpus* quando uma unidade terminológica ganha formas alternativas para se referir à mesma informação referencial.

Os dados apresentados e observados nas duas figuras acima (9 e 10) refletem a ocorrência de variações formais lexicais no corpus de análise que nos remetem para os seguintes tipos:

- ✓ Variação morfossintáctica (figura 9, Iº grupo);
- ✓ Variação por redução (figura 10);
- ✓ Variação por expansão (figura 9, IIº grupo);
- ✓ Variação por reformulação (figura 9, IIIº grupo).

Os tipos de variação por redução e expansão serão desdobrados em subtipos: redução da base e redução da extensão. A variação por expansão será desdobrada para a expansão da base. Assim, no capítulo seguinte, dispomo-nos a descrever e classificar os casos que identificámos à luz das propostas de Faulstich (2001, 2002), Freixa (2002) e de De la Torre (2004).

## **CAPÍTULO IV – CARACTERIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS VARIANTES FORMAIS LEXICAIS**

A descrição que faremos no presente capítulo será uma continuação das observações feitas no último ponto do capítulo anterior (3.4). Assim, submetemos as unidades terminológicas variantes que ocorrerem no mesmo contexto, o que nos permitiu classificá-las como sendo variantes formais concorrentes. Consequentemente, a classificação à luz da proposta de Freixa, constituiu os resultados do presente trabalho.

De acordo com Freixa,

una classificació és una eina metodològica que resulta determinant per a l'anàlisi d'un fenomen. Com a eines metodològiques, les classificacions no són úniques sinó que es poden plantejar de maneres diverses, segons l'objectiu que es persegueix. En aquest sentit, l'elaboració d'una eina d'aquest tipus ja té, per se, un valor metodològic que augmenta a mesura que s'incrementa la seva capacitat explicativa i d'anàlisi (Freixa, 2002: 268).

Nesta perspectiva, estamos convencidos de que a tentativa de pretendermos classificar as variantes formais concorrentes já é uma metodologia que contribui para ampliar o âmbito dos estudos terminológicos.

Por conseguinte, para classificar as variantes formais, «a interpretação semântica é a base para a análise» (Faulstich, 2002:68) das unidades. Daí que utilizámos o mesmo contexto, uma vez que serve de «um mismo territorio semántico» (De la Torre, 2004: 173).

Assim, as figuras abaixo estão constituídas por seis campos: o campo dos candidatos a unidades terminológicas, o campo da base, o campo da unidade terminológica de referência, o campo da unidade variante, o campo do contexto e o campo da tipologia, onde apresentamos a classificação das estruturas que as unidades formam, quer da unidade terminológica de referência, quer da unidade variante.

## 1. VARIAÇÃO MORFOSSINTÁCTICA

Freixa (2002) defende que há ocorrência de variação formal morfofossintáctica sempre que se verifique a alteração na estrutura do par de unidades terminológicas, podendo a variação ocorrer pelos processos seguintes: a variação da preposição, a substituição de uma preposição por uma contracção, a alteração da estrutura do adjectivo quando for composto (cf. Freixa, 2002: 276).

Candidatos a unidades terminológicas		Contexto
Unidade base: <u>ensino</u>		
Unidade terminológica de referência	subsistema de ensino superior	O subsistema de <u>ensino</u> superior é o conjunto de órgãos, instituições,
Unidade variante	subsistema do ensino superior	O subsistema do <u>ensino</u> superior é o conjunto de órgãos, instituições,
Tipologia	[N + Prep + N + Adj] = [N + Prep + Art + N + Adj]	

**Figura 11** – variação formal morfofossintáctica

Neste exemplo acima, o par *subsistema de ensino superior/subsistem do ensino superior* tem como unidade base o constituinte terminológico *ensino*. A primeira unidade terminológica apresenta a estrutura [N + Prep + N + Adj]. A segunda unidade possui a estrutura [N + Prep + Art + N + Adj]. Nesta estrutura, verificámos a presença do artigo *o* antes da base, ocorrência não verificada na primeira unidade. Observámos as duas unidades que ocorrem no mesmo contexto, critério que nos permitiu verificar que ambas as unidades são variantes concorrentes, porque apontam para a mesma informação referencial. Este caso justifica a alternativa de actualização formal da unidade terminológica no contexto discursivo, pelo que caracterizámos como variação formal morfofossintáctica. Daí a classificação das estruturas: [N + Prep + N + Adj] = [N + Prep + Art + N + Adj].

A figura abaixo é também outro exemplo de variação morfossintáctica. Nesse exemplo, apresentámos um par de unidades terminológicas em que o adjectivo se apresenta em formas diferentes, quer numa unidade, quer noutra.

Candidatos a unidades terminológicas		Contexto
Unidade base: <u>condições</u>		
Unidade terminológica de referência	condições técnico-pedagógicas	processo e verificação das <u>condições</u> técnico-pedagógicas necessárias
Unidade variante	condições técnicas e pedagógicas	processo e verificação das <u>condições</u> técnicas e pedagógicas necessárias
Tipologia	[N + [Adj + Adj] <sub>Adj</sub> ] = [N + Adj + Conj + Adj]	

**Figura 12** – variação morfossintáctica

As unidades terminológicas *condições técnico-pedagógicas/condições técnicas e pedagógicas* têm como unidade base o constituinte *condições*. A primeira unidade é constituída pela estrutura  $[N + [Adj + Adj]_{Adj}]$ . O adjectivo actualiza-se como um constituinte composto por hifenização. A segunda unidade terminológica é constituída pela seguinte estrutura:  $[N + Adj + Conj + Adj]$ . Olhando para a última estrutura, verificámos que os dois adjectivos ocorrem de forma independentes, sendo ligados pela conjunção *e*. Ao submetermos as unidades a disputarem o mesmo contexto, verificámos que ambas apontam para a mesma informação referencial. Como se pode ver, as alterações observadas estão associadas às possibilidades de realização formal da unidade terminológica no discurso. Assim, classificámos também este caso como variação formal morfossintáctica. Para este tipo de variação, obtivemos a seguinte classificação das estruturas:  $[N + [Adj + Adj]_{Adj}] = [N + Adj + Conj + Adj]$ .



## 2. VARIAÇÃO FORMAL POR REDUÇÃO DA BASE

Segundo Adelstein, a variação por redução formal lexical é a «modificación de la secuencia linear del ST<sup>18</sup> por elisión de uno o más de sus constituyentes» (Adelstein, 2002: 106). Trata-se de redução da base porque a unidade lexical suprimida se encontra mais próxima da base (cf. Freixa, 2002: 278).

Candidatos a unidades terminológicas		Contexto
Unidade base: <u>ensino</u>		
Unidade terminológica de referência	subsistema de ensino superior	reforma do subsistema de <u>ensino</u> superior em Angola
Unidade variante	subsistema de ensino	reforma do subsistema <u>ensino</u> em Angola
Tipologia	[N + Prep + N + Adj] = [N + Prep + N]	

**Figura 13** – variação formal por redução à direita

O par *subsistema de ensino superior/subsistema de ensino* tem como unidade base o constituinte terminológico *ensino*. A primeira unidade terminológica apresenta a estrutura [N + Prep + N + Adj]. A estrutura da segunda unidade é: [N + Prep + N]. Nesta última estrutura, verificámos a supressão do adjectivo *superior* que ocorre imediatamente à direita da base na primeira estrutura. A seguir, observámos as duas unidades que ocorrem no mesmo contexto, pelo que verificámos que ambas as unidades apontam para a mesma informação referencial. Verificámos que o valor especializado do adjectivo suprimido *superior* é recuperado no contexto discurso. Neste caso, caracterizámos este processo como variação terminológica formal por redução da base. Daí a classificação das estruturas: [N + Prep + N + Adj] = [N + Prep + N].

De acordo com De la Torre, a ocorrência de redução terminológica deve-se ao facto de uma «vez introduzido un concepto, es común referirse a él por medio de expresiones alternativas con el fin de evitar la redundancia en el discurso» (De la Torre, 2004: 63).

<sup>18</sup> Sintagma terminológico – unidade composta por pelo menos duas unidades lexicais.

A seguir, apresentámos outro exemplo de redução. A figura abaixo ilustra, no entanto, exemplo de redução da base que ocorre à esquerda da base.

Candidatos a unidades terminológicas		Contexto
Unidade base: <u>ensino</u>		
Unidade terminológica de referência	subsistema de ensino superior	reforma do subsistema de <u>ensino</u> superior em Angola
Unidade variante	ensino superior	reforma do <u>ensino</u> superior em Angola
Tipologia	[N + Prep + N + Adj] = [N + Adj]	

**Figura 14** – variação formal por redução da base à esquerda

As unidades *subsistema de ensino superior/ensino superior* possuem como unidade base o constituinte terminológico *ensino*. A primeira unidade forma a seguinte estrutura: [N + Prep + N + Adj]. A segunda forma a estrutura [N + Adj]. No plano da «proporcionalidade», como diz Faulstich (2001: 20), para referir a extensão, observámos, na última estrutura, a supressão do nome *subsistema* e da preposição *de*, constituintes que ocorrem à esquerda da base, na primeira unidade terminológica. Observámos as duas unidades que disputam a mesma posição no contexto, pelo que verificámos que ambas as unidades apresentam a mesma informação referencial. Este caso caracterizámo-lo como variação terminológica formal por redução da base. Para este processo de variação em que se suprime os constituintes iniciais, obtivemos a seguinte classificação das estruturas: [N + Prep + N + Adj] = [N + Adj].

No exemplo abaixo, apresentámos outro caso de redução: de uma unidade terminológica complexa para uma unidade terminológica simples.

Candidatos a terminológicas		Contexto
Unidade base: <u>investigação</u>		
Unidade terminológica		nos domínios do ensino, da <u>investigação</u> científica e da

<b>de referência</b>	<b>investigação científica</b>	participação no desenvolvimento
<b>Unidade variante</b>	<b>Investigação</b>	nos domínios do ensino, da <u>investigação</u> e da participação no desenvolvimento
<b>Tipologia</b>	[N + Adj] = [N]	

**Figura 15** – variação por redução da base à unidade terminológica simples

Neste exemplo, o par *investigação científica/investigação* tem como unidade base o constituinte *investigação*. A primeira unidade terminológica apresenta a estrutura [N + Adj]. A segunda unidade possui a estrutura [N]. Estrutura esta que resultou da supressão do adjetivo *científica* que se encontrava à direita da base da unidade terminológica de referência. Com a supressão do adjetivo, a unidade terminológica de referência reduziu-se a uma variante simples, sem que a informação referencial se alterasse. A exigência da economia da linguagem contrapõe à repetição do constituinte *científica*, cujo valor especializado é recuperado no contexto discursivo. Daí a classificação das estruturas: [N + Adj] = [N].

De acordo com Adelstein, a redução é um processo que dá lugar à variante lexical fruto da exigência da lei do menor esforço e da economia da linguagem (cf. Adelstein, 2002: 106).

### 3. VARIAÇÃO FORMAL POR REDUÇÃO DA EXTENSÃO

A redução terminológica formal da extensão é o processo que ocorre quando a unidade lexical que se encontra mais distante da base é suprimida (cf. Freixa, 2002: 278). Observe os exemplos nos quadros abaixo:

Candidatos a unidades terminológicas		Contexto
Unidade base: <u>instituições</u>		
Unidade terminológica de referência	instituições de ensino superior	as <u>instituições</u> de ensino superior que integram legalmente o subsistema de ensino superior.
Unidade		as <u>instituições</u> de ensino que integram legalmente o

<b>variante</b>	<b>instituições de ensino</b>	subsistema de ensino superior.
<b>Tipologia</b>	<b>[N + Prep + N + Adj] = [N + Prep + N]</b>	

**Figura 16** – variação por redução da extensão à direita

As unidades terminológicas *instituições de ensino superior/instituições de ensino* possuem como unidade base o constituinte terminológico *instituições*. A primeira unidade terminológica forma a estrutura [N + Prep + N + Adj]. A segunda unidade forma a estrutura [N + Prep + N]. Verificámos, nesta última estrutura, a supressão do adjectivo *superior* que ocorre à direita da base, na primeira unidade, mas mais afastado da base. Observámos as duas unidades que se realizam no mesmo contexto, pelo que verificámos que ambas as unidades apontam para a mesma informação referencial. Neste sentido, caracterizámos o caso observado como variação formal por redução da extensão, sendo que as estruturas mereceram-nos a seguinte classificação: [N + Prep + N + Adj] = [N + Prep + N].

Na Figura seguinte, apresentámos outro exemplo de redução da extensão, mas cuja supressão do constituinte ocorre à esquerda da base.

Candidatos a unidades terminológicas		Contexto
Unidade base: <u>docente</u>		
Unidade terminológica de referência	quadro de pessoal docente	pronunciar-se sobre o quadro pessoal <u>docente</u>
Forma variante	pessoal docente	pronunciar-se sobre o pessoal <u>docente</u>
Tipologia	[N + Prep + N + Adj] = [N + Adj]	

**Figura 17** – variação por redução da extensão à esquerda

Nesta Figura, o par *quadro de pessoal docente/pessoal docente* tem como unidade base o constituinte *docente*. A estrutura da primeira unidade terminológica é [N + Prep + N + Adj].

A estrutura da segunda unidade é [N + Adj]. A seguir, verificámos a supressão do nome *quadro* e da preposição *de*, constituintes que ocorrem mais afastado da base. Ao observarmos as duas unidades que ocorrem no mesmo contexto, verificámos que ambas as unidades aludem para a mesma informação referencial. Deste modo, dada à supressão dos dois constituintes já referidos, obtivemos, assim, o caso de variação formal por redução da extensão. Logo, as duas unidades são variantes concorrentes. Para este tipo de redução à esquerda (dos constituintes iniciais da unidade terminológica), classificámos assim as estruturas: [N + Prep + N + Adj] = [N + Adj].

De acordo com De la Torre, «la reducción se manifiesta cuando los rasgos o componentes formales y de contenido de la primeira variante se condensan y sintetizam en la segunda variante» (De la Torre, 2004: 191), sendo que os elementos «formales y de sentido» são recuperados mediante o contexto discursivo. Por isso mesmo, as variantes vão adquirindo estabilidade sócio-discursiva, causando assim uma perda de expressão das outras que se opõem.

#### 4. VARIAÇÃO FORMAL POR EXPANSÃO DA BASE

A variação formal por expansão é o processo que consiste na «ampliación de elementos y/o de contenido que no están presentes en la primera variante» (De la Torre, 2004: 191). Exemplo:

Candidatos a unidades terminológicas		Contexto
Unidade base: <u>nível</u>		
Unidade terminológica de referência	quadros de alto nível	disposições e recursos que visam a formação de quadros de alto <u>nível</u>
Unidade variante	quadros de alto nível superior	disposições e recursos que visam a formação de quadros de alto <u>nível</u> superior
Tipologia	[N + Prep + Adj + N] = [N + Prep + Adj + N + Adj]	

**Figura 18** – variação por expansão da base

As unidades terminológicas *quadro de alto nível/quadro de alto nível superior*, que constam na figura acima, têm como unidade base o constituinte *nível*. A primeira unidade forma a estrutura [N + Prep + Adj + N]. A segunda forma a estrutura [N + Prep + Adj + N + Adj]. No plano da extensão das unidades, verificámos, na segunda unidade, o acréscimo do adjectivo *superior* à direita da base. Observámos as unidades que disputam o mesmo contexto, pelo que verificámos que ambas as unidades apontam para a mesma informação referencial. Como pudemos observar, o acréscimo do constituinte *superior* contribui para reforçar referencialidade conceptual do objeto. Neste contexto, caracterizámos o processo aqui observado como variação formal por expansão da base. Daí a classificação das estruturas: [N + Prep + Adj + N] = [N + Prep + Adj + N + Adj].

O processo de expansão terminológica resulta do carácter analítico da unidade terminológica em uso quando o objectivo é «dar a conocer un objecto de manera clara y precisa» (De la Torre, 2004: 191).

## 5. VARIAÇÃO FORMAL POR REFORMULAÇÃO

A reformulação é «cuantitativamente más extensa que X (...) porque en ella podemos apreciar un mayor número de unidades léxicas. Cualitativamente, consideramos que [a reformulação] cumple la función de expandir la formulación inicial (...) con el fin de hacer un comentario explicativo más claro que contribuye a desarrollar el sentido de una (...) expresión» (De la Torre, 2004: 193). Dada a nossa observação, enquadrámos a reformulação como um caso de «canvis lèxics», conforme Freixa (2002), isto é, a substituição de alguns constituintes por outros: «hem classificat (...) l'aternança entre dues formes monolèxiques o entre dues formes polilèques» (2002: 279). Exemplo:

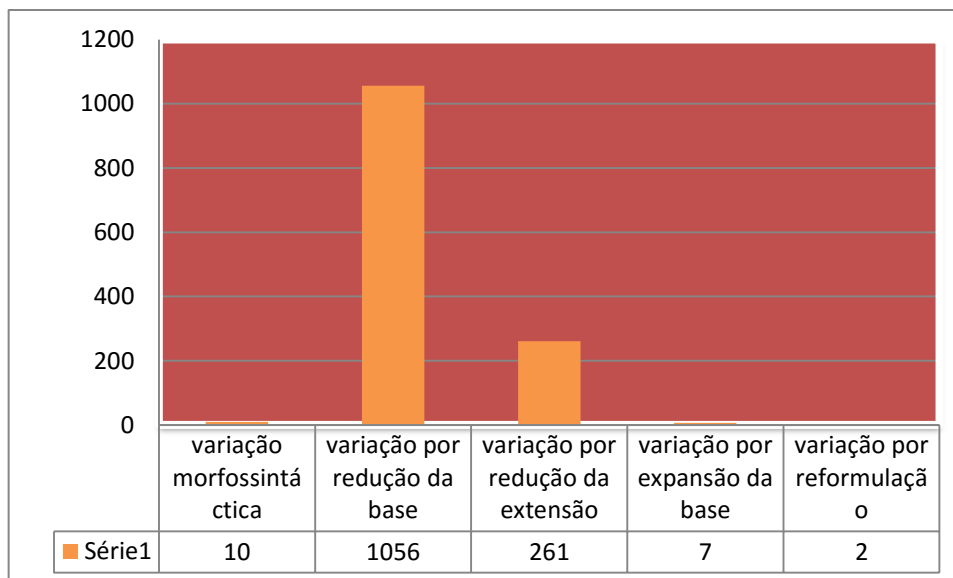
Candidatos a unidades terminológicas		Contexto
Unidade base: <u>formação</u>		
Unidade terminológica de referência	formação de quadros de alto nível	recursos que visam a <u>formação</u> de quadros de alto nível para os diferentes ramos
Unidade variante	quadros com formação científico-técnica e cultural	recursos que visam a quadros com <u>formação</u> científico-

		técnica e cultural para os diferentes ramos
<b>Tipologia</b>	$[N + \text{Prep} + N + \text{Prep} + \text{Adj} + N] = [N + \text{Prep} + N + \text{Adj} + \text{Adj} + \text{Conj} + \text{Adj}]$	

**Figura 19** – variação formal por reformulação

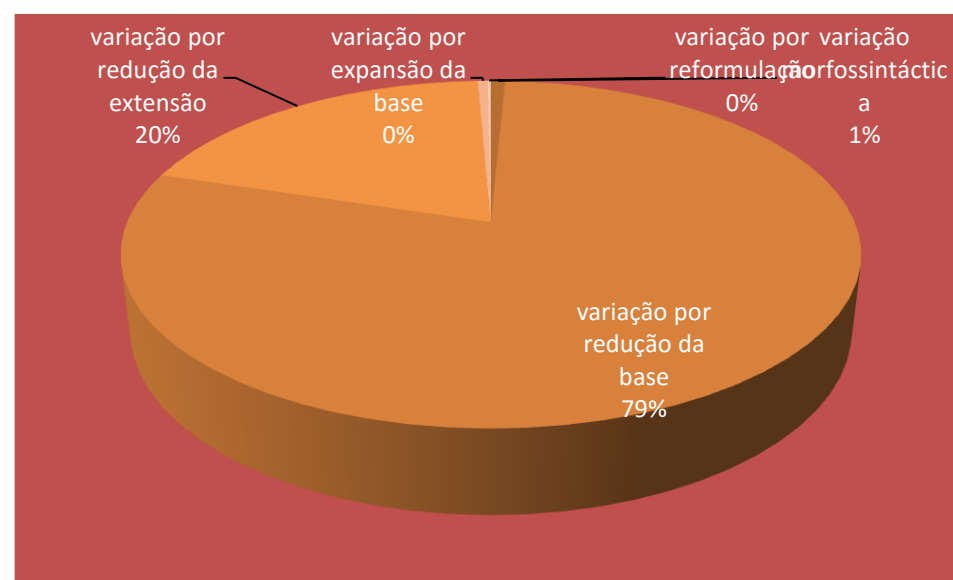
Neste último exemplo, o par *formação de quadros de alto nível/quadros com formação científico-técnica e cultural* possui como unidade base o constituinte terminológico *formação*. A primeira unidade terminológica apresenta a estrutura  $[N + \text{Prep} + N + \text{Prep} + \text{Adj} + N]$ . A segunda unidade possui a estrutura  $[N + \text{Prep} + N + \text{Adj} + \text{Adj} + \text{Conj} + \text{Adj}]$ . Na primeira unidade, verificamos a substituição dos constituintes terminológicos *alto* e *nível* por *científico-técnica* e *cultural*, e a substituição da preposição *de* pela preposição *com* e a conjunção *e*. Por outro lado, verificamos também a mudança de posição da base enquanto constituinte sintático. Observamos as duas unidades que ocorrem no mesmo contexto, pelo que verificamos que ambas as unidades apontam para o mesmo conceito. Logo, caracterizamos o processo observado como variação formal por reformulação, sendo que classificamos assim as estruturas:  $[N + \text{Prep} + N + \text{Prep} + \text{Adj} + N] = [N + \text{Prep} + N + \text{Adj} + \text{Adj} + \text{Conj} + \text{Adj}]$ .

Com base nos dados quantitativos das ocorrências que constam nas Figuras 9 e 10, quantificamos, assim, os tipos de variação comentados. Como critério utilizado, somamos a frequência das unidades variantes que apresentaram o mesmo processo de variação, já que só há variação a partir do momento em que se identifica a ocorrência de unidades alternativas. E por essa via, fizemos a contagem das ocorrências.



**Figura 20** – frequência dos tipos/sutipos de variação identificados

Como podemos ver, o tipo de variação que mais ocorre nos dados obtidos a partir do *corpus* é a redução, mais especificamente o subtipo redução da base. Neste sentido, é pertinente ver as percentagens das variações verificadas, pelo que apresentámos abaixo a figura dos valores percentuais.



**Figura 21** – valores percentuais das variações verificadas

O conhecimento dos valores percentuais contribui para termos uma ideia do que é predominante em relação aos casos com os quais nos deparamos no dia-a-dia. No contexto



deste trabalho, entre os vários tipos de variação identificados, saber que as variações por redução são predominantes no corpus de análise, corpus este que representa a terminologia da legislação do subsistema do ensino superior, é interessante, porque ficámos a saber que a variação por redução é o processo que mais contribui para o enriquecimento terminológico do domínio, já que as variantes concorrentes funcionam como unidades terminológicas alternativas para o uso de um conceito, ou seja, as variantes oferecem a possibilidade de escolha no uso de uma determinada unidade terminológica, por um lado, e, por outro, é o processo que mais pode contribuir para a depreciação da terminologia da legislação do subsistema em questão, uma vez que, segundo Adelstein, as reduções causam a desvirtualização permanente da terminologia de um domínio do conhecimento profissional (cf. Adelstein, 2002: 109).

Pelas razões evocadas acima, no último capítulo, já a seguir, apresentámos a nossa proposta de elaboração de uma base de dados, cujo objectivo visa terminografar as variantes formais lexicais da terminologia da legislação do subsistema do ensino superior de Angola, uma vez que as variantes possuem estatuto de unidades terminológicas.

Terminografar significa dedica-se à compilação e tratamento das unidades terminológicas recolhidas para a obtenção de um instrumento de consulta, convertendo-se assim na aplicação prática do trabalho terminológico.

## CAPÍTULO V – ELABORAÇÃO DE UMA BASE DE DADOS

### 1. PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE UMA BASE DE DADOS TERMINOLÓGICA

Pretender elaborar uma base de dados é pretender «organizar uma base de conhecimento» (Costa, 1993: 91).

A proposta de elaboração da base de dados destina-se ao grupo técnico do Departamento de Produção Legislativa do Gabinete Jurídico do MES, para a elaboração de projectos de leis.

#### 1.1. FICHA TERMINOLÓGICA

A ficha terminológica é «constituída por um conjunto estruturado de dados terminológicos relativos a [uma unidade terminológica]» (Tavares, 2009: 56). A ficha encontra-se organizada em função do campo principal, o campo da entrada, no qual se introduz a unidade terminológica. «Cada entrada corresponde a uma só unidade de conhecimento especializado, ou seja, a um só conceito» (Almeida, 2008: 17).

A ficha terminológica que elaborámos é um modelo possível no contexto do presente trabalho. Ela é constituída por treze campos. Os campos permitem introduzir informação linguística e conceptual que diz respeito à unidade terminológica que se encontra em entrada. As fichas são compostas pelos seguintes campos: *número de identificação da entrada, data, entrada, fonte da entrada, categoria gramatical, abreviatura, domínio, definição, fonte da definição, contexto, fonte do contexto, variante e notas*.

As informações introduzidas nos campos são as seguintes:

- **Id:** número da ficha terminológica;
- **data:** o momento da entrada da unidade terminológica na base de dados;
- **entrada:** o campo onde introduziremos a unidade terminológica;
- **fonte da entrada:** local de onde se extraiu a unidade terminológica;
- **categoria gramatical:** campo referente à classe gramatical, ao género e ao número gramatical da unidade terminológica;
- **sigla:** é a representação gráfica dos fonemas iniciais das unidades terminológicas que se pronunciam um por um;
- **domínio:** área de conhecimento a que pertence a unidade terminológica;

- **definição:** enunciado «que descreve um conceito apresentado pela unidade terminológica e que permite diferenciá-la dos outros conceitos no interior de um sistema conceptual» (Costa, 1993: 94).
- **fonte da definição:** local onde se extraiu a definição;
- **contexto:** enunciado que apresenta a realização da unidade terminológica em discurso;
- **fonte do contexto:** local onde se extrai o contexto;
- **variantes:** unidades que apresentam formas diferentes em relação a uma unidade de referência, mas com o mesmo significado desta última;
- **notas:** campo para informação adicional.

A seguir, apresentámos o modelo da ficha terminológica:

FICHA TERMINOLÓGICA			
Id	(Novo)	Definição	
Data		Fontes da definição	
Entrada		Contexto definatório	
Fonte da entrada		Fonte do contexto definatório	
Categoria gramatical		Variantes	
Sigla		Nota	
Domínio			

**Figura 22** – modelo da ficha terminológica

A base de dados é acessível, porque tem uma estrutura pouco complexa. Na ficha, cada unidade terminológica pode ser acompanhada da sua variante.

## 1.2. UMA BASE DE DADOS PARA ALÉM DAS VARIAÇÕES

Outro motivo que pode contribuir para a necessidade de criação de uma base de dados terminológica no MES liga-se aos problemas da gestão do subsistema do ensino superior por parte de algumas instituições de ensino superior em Angola, como referimos em (4.2.), no segundo capítulo.

Conforme a SEES<sup>19</sup>, um dos indicadores apontados que contribuiu para a pouca qualidade de ensino superior em algumas instituições de ensino superior angolana é o *ponto de estrangulamento* atinente a algumas noções fundamentais, como as de *instituições de ensino superior*; *escola*, *autonomia das instituições de ensino superior* e *liberdade académica das instituições de ensino superior*, que não foram tidas em conta para uma gestão responsável e de qualidade. Conforme a SEES,

a noção de “escola” pode servir de base para projectos de criação e promoção do Ensino Superior. (...) Alguns constrangimentos que se verificam no subsistema do Ensino Superior, tal como nos outros Subsistemas, devem-se à sustentação de uma noção distorcida de “escola” por parte de alguns actores. Com efeito, a promoção de uma instituição de ensino sem que se tenha em conta uma noção correcta de “escola”, tem como consequência inevitável a imposição, pelas circunstâncias e pelo tempo, de sinais de que um ou outro dispositivo faltou ou pelo menos está mal concebido no quadro das acções que se levam a cabo (cf. SEES, 2005: 8).

Neste sentido, a estabilidade terminológica garantida no local onde se produz a legislação do subsistema, por meio da elaboração de uma base de dados terminológica, é imprescindível, pelo que traduz uma das concretizações políticas do executivo angolano, no que toca às medidas de reforma cujo foco se incide na modernização da Administração Pública de Angola, como consta no *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017* (PND), nos seguintes objectivos (cf. PND, 2012: 80-1):

- implementar tecnologias de informação e comunicação nas diversas áreas da Administração Pública;
- organizar e estruturar os serviços a nível da Administração Central e da Administração Local do Estado, seguindo o princípio da racionalidade e da eficácia;
- reforçar o sentido de missão e compromisso dos funcionários públicos para com a prestação de serviços de melhor qualidade para o cliente, utente e consumidor.

Uma base de dados possibilita a recompilação de unidades terminológicas que se pretendem utilizar, possibilita a estabilização e a difusão da terminologia da área de domínio a que ela

---

<sup>19</sup> Secretaria de Estado para o Ensino Superior.

pertence, e dos serviços afecto à mesma área, cujos destinatários podem ser, quer os funcionários directos, quer o público interessado nos serviços da instituição a que a base de dados pertence.

Propomos assim a criação de uma base de dados para o grupo técnico que elabora os «projectos de diplomas legais e os demais instrumentos jurídicos» do MES, a fim de estabilizar a terminologia da legislação do referido Ministério. A base de dados será alimentada de forma permanente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocorrência de variação terminológica nos textos de especialidade é considerada um fenómeno normal, pois a terminologia é um subsistema da língua geral (sistema colectivo de comunicação) e esta é, por sua vez, um instrumento de interação social e, por isso, sujeita à variação.

Assim sendo, os fenómenos de variação morfossintáctica aqui apresentados estão associados às várias possibilidades de actualização da unidade terminológica no plano discursivo, determinadas por parâmetros gramaticais. Pois, as formas concretas, isto é, as várias possibilidades de formação da unidade terminológica refletem a gramática da língua em que o discurso é processado.

Por sua vez, as reduções lexicais são estritamente determinadas pelo recurso natural de economia da linguagem e da lei do menor esforço. Pois, ocorrem para evitar as repetições frequentes das mesmas unidades terminológicas no contexto discursivo.

A expansão e a reformulação são também processos resultantes das necessidades de satisfação comunicativa, sendo que a expansão resulta da necessidade de activar valores especializados. A reformulação ocorre como um processo de explicação para tornar mais claro a informação referencial da unidade de referência.

Estes tipos de variantes convertem-se em variantes terminológicas formais e podem modificar de maneira permanente a terminologia de um domínio do conhecimento, pelo que defendemos que as mesmas variantes sejam dicionarizadas.

Assim, considerámos que as formas variantes contribuem para o enriquecimento da terminologia do domínio a que o nosso estudo se dirige, pelo que oferecem alternativas quando se pretende satisfazer as necessidades de comunicação. Porém o controlo legítimo desse enriquecimento é imprescindível.

É assim que, em jeito de recomendação, terminámos este trabalho com a proposta de elaboração de uma base de dados para assegurar o desenvolvimento da terminologia e permitir uma gestão estabilizada da informação no domínio da legislação do subsistema do ensino superior.

Portanto, uma vez que o grupo técnico do Departamento de Produção Legislativa disponha de uma base de dados terminológica conta-se que a elaboração de diplomas legais, que têm por fim salvaguardar a *formação de quadro de alto nível*, será mais eficiente e satisfatória, posto que uma base de dados constitui uma ferramenta de garantia de gestão da informação de

qualidade. É também por aqui que se pode resolver o problema atinente ao *ponto de estrangulamento* ligado às noções “erradas” de alguns termos fundamentais, como consta em *Linhas Mestras para a melhoria da gestão do Subsistema do Ensino Superior*.

## BIBLIOGRAFIA

**ADELSTEIN**, Andreína (2002), *Condicones de reductibilidad léxica de los sintagmas terminológico*, in Terminologia, Desenvolvimento e Identidade Nacional, vi Simpósio Ibero-Americano de Terminologia, (Org. de) CORREIA, Margarita, Rede Ibero-Americana de Terminologia (RITerm), Instituto de Linguística Teórica e Computacional (iLteC), Edições Colibri, Lisboa;

**ALMEIDA**, Zara Soares de (2008), *Terminologia Jurídico-Parlamentar: Combinatórias Terminológicas e Equivalência na Base de Dados Terminológica e Textual da Assembleia da República – BDTT-AR* (Tese de mestrado em Ciências da Linguagem, área de especialização Lexicologia e Lexicografia), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa;

**AYMERICH**, Judit Freixa (2002), *La variació Termnològica: Anàlisi de la variació denominativa en textos de diferent grau d'especialització de l'àrea de medi ambient*, Tesi Doctoral, Universidade Barcelona;

**BARROS**, Lidia Almeida (2004), *Curso Básico de Terminologia*, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo;

**BARROS**, Vítor Fernando (2011), *Gramática da Língua Portuguesa*, 1ª edição, Edições Colibri, Lisboa;

**BIDERMAN**, Maria Teresa Camargo (1984), *A ciência da Lexicografia*, Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação, Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), São Paulo;

**BRANDÃO**, Silva, Figueiredo (2007), *Um Estudo Variacionista sobre a Lateral Palatal*, Universidade Federal do Rio de Janeiro;

**CABRÉ**, Maria Teresa (1993), *La terminología. Teoría, metodología, aplicaciones*, Editorial Antártida/Empúries, Barcelona;

**CABRÉ**, Maria Teresa (1998), *Importância de la Terminologia en la Fijación de la Lengua: la Planificación Terminológica*, Institut Universitari de la Linguística Aplicada (IULA), Universidade Pompeu Fabra, Barcelona;

**CABRÉ**, Maria Teresa (1999), *La Terminología: Representación y Comunicación, Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*, Institut Universitari de Lingüística Aplicada (IULA) Universitat Pompeu Fabra, Barcelona;



**CABRÉ**, Maria Teresa (2002), *Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación* in Terminologia, Desenvolvimento e Identidade Nacional, vi Simpósio Ibero-Americano de Terminologia, (Org. de) CORREIA, Margarita, Rede Ibero-Americana de Terminologia (RITerm), Instituto de Linguística Teórica e Computacional (iLteC), Edições Colibri, Lisboa;

**CONTENTE**, Maria Madalena Dias Marques (2008), *Terminocriatividade, Sinonímia e Equivalência Interlinguística em Medicina*, Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa;

**COSTA**, Maria Rute Vilhena (1993), *Terminologia da Economia Monetária, Relações Conceptuais e Semânticas numa Sistemática Terminológica e Lexicográfica* (tese de Mestrado), Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa;

**COSTA**, Maria Rute Vilhena (2001), *O Termo como Veículo de Especialidades Conceptuais e Semânticas*, Edições Colibri, Centro de Linguística, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa;

**COSTA**, Maria Rute Vilhena (2001), *Pressupostos teóricos e metodológicos para a extracção automática de unidades terminológicas multilexémicas* (tese de Doutoramento), Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa;

**COSTA**, António Fernandes da (2006), *Rupturas Estruturais do Português e Línguas Bantu em Angola, para uma análise diferencial*, Universidade Católica de Angola, L (UCAN), Luanda;

**CRUZ**, Cleide, Lemes da Silva (s/d), *E-Termos: Descrição, Empréstimo e Variação*, Universidade de Brasília (UnB);

**DE LA TORRE**, Maria Mercedes Suárez (2004), *Análisis Contrastivo de la Variación Denominativa en textos especializados: del texto original al texto meta*, Institut Universitari de Lingüística Aplicada (IULA), Universitat Pompeu Fabra, Barcelona;

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO (2005), *Manual de Comunicação Escrita Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba;

**DESMET**, Isabel (2002), *Néologie du portugais contemporain: une zone d'instabilité linguistique*, Université Paris 8 in Travaux et Documents, Instabilités Linguistiques dans les langues romanes, Arts, Lettres, Sciences Humaines, Sciences et Techniques, (Dir. de) CARREIRA, Maria Helena Araújo, Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis;

**DESMET**, Isabel (2004), *Intensification et atténuation dénomminative en portugais et en français contemporains: quelques tendances*, Université Paris 8 in Travaux et Documents, Plus ou moins?!, L'atténuation et l'intensification dans les langues romanes, Arts, Lettres, Sciences Humaines, Sciences et Techniques, (Dir. de) Maria Helena Araújo Carreira, Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis;

**ELISEU**, André (2008), *Sintaxe do Português*, Coleção O Essencial sobre Língua Portuguesa, (Coord. De) MATEUS, Maria Helena Mira, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (ILTEC), VILLALVA, Alina, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Editorial Caminho, Portugal ;

**FAULSTICH**, Enide (1995), *Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina*, Ciência da Informação – vol 24, Número 3, Artigos;

**FAULSTICH**, Enide (1998), *Planificação Linguística e Problema de Normalização*, Instituto de Letras (IL), Universidade de Brasília (UnB), Brasília;

**FAULSTICH**, Enide (2001), *Aspectos de Terminologia Geral e Terminologia Variacionista*, Instituto de Letras (IL), Universidade de Brasília (UnB), Brasília;

**FAULSTICH**, Enide (2002), *Entre a Sincronia e a Diacronia: variação terminológica no código e na língua* in Terminologia, Desenvolvimento e Identidade Nacional (Org. de) CORREIA, Margarita, vi Simpósio Ibero-Americano de Terminologia, Edições Colibre/ILTEC, Lisboa;

**FAULSTICH**, Enide, *A Socioterminologia na Comunicação científica e Técnica*, s/d;

Infopédia, *Dicionário de Língua Portuguesa* Porto Editora  
<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/tenue> ;

Yahoo: <https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090811164252AAUSscl>

**FROMM**, Guilherme, *O Uso de Corpora na Análise Lingüística*, s/d;

**GALLISSON**, R., **COSTE** D. (1983), *Dicionário de Didáctica das Línguas*, Editora Livraria Almedina, Coimbra;

**INSTITUTO DE LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA** (2001), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (da Academia das Ciências de Lisboa), Editoril Verbo, Braga;

**KUGUEL**, Inés (2002), *La reducción léxica de Sintagmas Terminológicos en el Contexto Discursivo*, IDH – UNGS, Argentina in Terminologia, Desenvolvimento e Identidade

Nacional, vi Simpósio Ibero-Americano de Terminologia, (Org. de) CORREIA, Margarita, Rede Ibero-Americana de Terminologia (RITerm), Instituto de Linguística Teórica e Computacional (iLteC), Edições Colibri, Lisboa;

**LINO**, Maria Teresa Rijo da Fonseca (2000), *Terminologia e Indústrias das línguas in Terminologia e Indústrias da Língua*, vii Simpósio Ibero-Americano de terminologia, (Org. de) CORREIA, Margarita, Rede Ibero-Americana de Terminologia (RITerm), Instituto de Linguística Teórica e Computacional (iLteC), União Latina, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa;

**LOPES**, Ana Cristina Macário, **RIO-TORTO**, Graça (2007), *Semântica*, Coleção O Essencial sobre Língua Portuguesa, (Coord. De) MATEUS, Maria Helena Mira, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (ILTEC), VILLALVA, Alina, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Editorial Caminho, Portugal;

**LYONS**, John (1974), *Semântica Estrutural*, Biblioteca das Ciências Humanas, Editorial Presença, Lisboa;

**MAIA**, Iracema (2010), *Variação Terminológica em Textos de Especialidade – O caso do VIH/SIDA*, Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa;

**MELLO**, Maria Chaves de (2008), *Dicionário Jurídico*, 4ª edição, Editora Dinalivro, Lisboa;

**MARQUES**, Emília Ricardo Marques (1995), *A Sociolinguística*, Universidade Aberta, Lisboa;

**MARTINET**, André (2014), *Elementos de Linguística Geral*, Clássica Editora, Lisboa;

**MOUNIN**, Geoges (1997), *Introdução à Linguística*, Livros Horizonte, Lisboa;

**KRIEGER**, Maria da Graça (2010), *Terminologia técnico-administrativa: os termos no espaço público brasileiro*, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISONOS);

**KRIEGER**, Maria da Graça (2011), *Terminologia-uma Entrevista com Maria da Graça Krieger*, Revel, v.9, n. 17, Universidade do Vale do Rio dos Santos;

**KRIEGER**, Maria da Graça, **SANTIAGO**, Márcio Sales (2014), *Terminologia Médica e Variação*, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Universidade Federal do Ceará – UFC/CNPq/Funcap;

**PRATA**, Ana (2013), *Dicionário Jurídico*, vol. 1, Direito Civil, Direito Processual Civil, Organização Judiciária, 5ª edição, Editora Almedina;

**SANTOS**, Claudia da Silva Amaral (2010), *Terminologia e Ontologias: Metodologias para Representação do Conhecimento*, Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas;

**SARDINHA**, Tony Berber (2000), *Linguística de Corpus: Histórico e Problemática (Corpus Linguistics: History and Problematization)*, D.E.L.T.A., Vol. 16;

**SILVA**, Eugénio Adolfo Alves da (2004), *O burocrático e o político na administração universitária, Continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na Universidade Agostinho Neto (Angola)*, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, Braga;

**SILVA**, Odair Luiz Nadion, **SILVA**, Manoel Messias Alves da (s/d), *Variação*;

**TETA**, João Sebastião (s/d), *Educação Superior em Angola*, Artigo;

**WUSTER**, Eugen (1998), *Introducción a la teoria general de la Terminologia y a la lexicografia terminológica*, IULA, Barcelona;

**ZABALA**, Igone E OUTROS (s/d), La variación terminológica en contexto sociolingüísticos minorizados: el caso de la lengua vasca, Espanha;

[http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/divulgado\\_anuario\\_estadistico\\_do\\_sector](http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/divulgado_anuario_estadistico_do_sector) em 16/12/2014 13:19

<http://marioandresforeropinzon.blogspot.pt/2009/11/cual-es-la-caracteristica-de-un.html> acessado em 26/06/2015.

## **DOCUMENTOS OFICIAIS CONSULTADOS**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**, *Lei de Bases do Sistema de Educação de Angola*  
[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fplanipolis.iiep.unesco.org%2Fupload%2FAngola%2FAngola\\_Lei\\_de\\_educacao.pdf&ei=X6MkVNazHY6UaueagLgP&usq=AFQjCNGuL\\_rbp8IWVLFLMmnnqerTBCLi8w](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fplanipolis.iiep.unesco.org%2Fupload%2FAngola%2FAngola_Lei_de_educacao.pdf&ei=X6MkVNazHY6UaueagLgP&usq=AFQjCNGuL_rbp8IWVLFLMmnnqerTBCLi8w)

**MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR**, (2012), 2ª Conferência do FORGES – Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países de Língua Portuguesa, Macau - 6, 7 e 8 de Novembro

[https://www.google.com.br/?gws\\_rd=ssl#q=Decreto-lei+n.44530+de+21+de+Agosto+de+1962+angola](https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=Decreto-lei+n.44530+de+21+de+Agosto+de+1962+angola)

**MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**, (2012), *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013- 2017*, Luanda;

**MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR** (2013), *Agenda*, Luanda;

**MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR**, (2014), *Resumo das Principais contribuições ao Diagnóstico Políticas e Medidas para a Reforma e a Melhoria da Gestão da Qualidade do Subsistema de Ensino Superior*;

**MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR** (2014), *Resumo das Principais contribuições ao Ante-Projecto de Estatuto da Carreira do Docente do Ensino Superior*;

**MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR** (2014), *Resumo das Principais contribuições ao Ante-Projecto de Regulamento da Prova Pública de Aptidão Pedagógica e Científica do Docente do Ensino Superior*;

**MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR** (2014), *Brochura com os anexos dos Documentos em Discussão, Resumo das Principais contribuições ao Ante-Projecto de Normas Gerais Reguladoras do Subsistema de Ensino Superior*;

**MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR** (2014), *Encontros de Auscultação sobre o Pacote Legislativo do Ministério do Ensino Superior* (Documento em discussão);

**REPÚBLICA DE ANGOLA** (2010), *Constituição*, Luanda, 1ª edição, Imprensa Nacional;

**REPÚBLICA DE ANGOLA** (2009), *Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro - Normas gerais reguladoras do subsistema de ensino superior*;

**REPÚBLICA DE ANGOLA** (2012), *Decreto Presidencial nº 233/12 de 4 de Dezembro - Estatuto Orgânico do Ministério do Ensino Superior*;

**REPÚBLICA DE ANGOLA** (2014), *Decreto Presidencial nº 188/14 de 4 de Agosto - Estatuto Orgânico da Universidade Cuito Cuanavale*;

**SECRETARIA DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR** (2005), *Linhas Mestras para a melhoria da gestão do Subsistema de Ensino Superior*;

## **ANEXOS**



## ANEXO II - FICHAS TERMINOLÓGICAS

TESE - Base dados definitivo : Banco de dados (Access 2007 - 2010) - Microsoft Access (Falha na Ativação do Produto)

Formulários

FICHAS TERMINOLÓGICAS

BASE DE DADOS TERMINOLÓGICA

FICHA TERMINOLÓGICA

Id	1	Definição	Liberdade legítima de iniciativa de funcionamento das instituições de ensino
Data	29/01/2015	Fontes da definição	Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro; Linhas Mestras para a melhoria da gestão do
Entrada	autonomia das instituições de ensino superior	Contexto definatório	"A autonomia das instituições de ensino superior é exercida nos domínios científico, pedagógico, cultural, disciplinar,
Fonte da entrada	Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro	Fonte do contexto definatório	Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro;
Categoria gramatical	sub, fem.	Variantes	autonomia
Sigla		Nota	
Domínio	Legislação		

Registro: 1 de 20

**Figura 1** – autonomia das instituições de ensino superior

TESE - Base dados definitivo : Banco de dados (Access 2007 - 2010) - Microsoft Access (Falha na Ativação do Produto)

Formulários

FICHAS TERMINOLÓGICAS

BASE DE DADOS TERMINOLÓGICA

FICHA TERMINOLÓGICA

Id	3	Definição	Instalações e recursos materiais condignos, aliado a um corpo docente apropriado à
Data	29/01/2015	Fontes da definição	Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro
Entrada	condições técnico-pedagógicas	Contexto definatório	"O licenciamento consiste na autorização de funcionamento, na sequência de um processo de verificação das condições
Fonte da entrada	Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro	Fonte do contexto definatório	Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro
Categoria gramatical	sub, fem.	Variantes	condições técnicas e pedagógicas
Sigla		Nota	
Domínio	Legislação		

Registro: 3

**Figura 2** – condições técnico-pedagógica



TESE - Base dados definitivo : Banco de dados (Access 2007 - 2010) - Microsoft Access (Falha na Ativação do Produto)

Arquivo | Página Inicial | Criar | Dados Externos | Ferramentas de Banco de Dados

Modo de Exibição | Área de Transferência | Formatos de Texto

Formulários

Pesquisar...

FICHAS TERMINOLÓGICAS

FICHA TERMINOLÓGICA

Id: 8

Data: 29/01/2015

Entrada: extensão universitária

Fonte da entrada: Decreto nº 90/09 de 15 de Dezembro

Categoria gramatical: sub, fem.

Sigla: .....

Domínio: Legislação

Definição: Expansão do ensino superior.

Fontes da definição: Linhsa Mestras para a melhoria do Subsistema do Ensino Superior

Contexto definitorio: "Ainda no que concerne à expansão do Ensino Superior é de lembrar que, actualmente, os dezassete Governos

Fonte do contexto definitorio: Linhsa Mestras para a melhoria do Subsistema do Ensino Superior, p. 15.

Variantes: extensão

Nota: .....

Registro: 1 de 8 de 20

Modo formulário

Figura 3 – extensão universitária

TESE - Base dados definitivo : Banco de dados (Access 2007 - 2010) - Microsoft Access

Arquivo | Página Inicial | Criar | Dados Externos | Ferramentas de Banco de Dados | Campos | Tabela

Modo de Exibição | Área de Transferência | Formatos de Texto

BASE DE DADOS TERMINOLÓGICA

FICHAS TERMINOLÓGICAS

Id	Data	Entrada	Fonte da en	Categoria gr	Abrev/Sigla	Domínio	Definição	Fontes da d	Contexto de	Fonte do co	Variantes	Nota	Clique para Ad
1	29/01/2015	Autonomia da	Decreto nº 90/	Sub, fem.	.....	Legislação	liberdade legit Decreto nº 90/	"A autonomia	Decreto nº 90/	Autonomia	.....	.....	.....
2	29/01/2015	Academia	Decreto nº 90/	Sub, fem.	.....	Legislação	Centro vocacic Decreto nº 90/	"As academias	Decreto nº 90/	.....	.....	.....	.....
3	29/01/2015	Condições técn	Decreto nº 90/	Sub, fem.	.....	Legislação	Instalações e r Decreto nº 90/	"O licenciame	Decreto nº 90/	Condições técn	.....	.....	.....
4	29/01/2015	Dispositivos e	Linhas Mestras	Sub, masc.	.....	Legislação	constituição in Linhas Mestras	"(...) entende-	Linhas Mestras	.....	.....	.....	.....
5	29/01/2015	Ensino superic	Decreto nº 90/	Sub, masc.	.....	Legislação	ministração de Decreto nº 90/	"O subsistema	Decreto nº 90/	Ensino	.....	.....	.....
6	29/01/2015	Escola	Linhas Mestras	Sub, fem.	.....	Legislação	conjunto de di Linhas Mestras	"(...) uma insti	Linhas Mestras	.....	.....	.....	.....
7	29/01/2015	Escola superio	Decreto nº 90/	Sub, fem.	.....	Legislação	Centro especic Decreto nº 90/	"O ensino poli	Decreto nº 90/	.....	.....	.....	.....
8	29/01/2015	Extensão univ	Decreto nº 90/	Sub, fem.	.....	Legislação	Expansão do e Linhsa Mestras	"Ainda no que	Linhsa Mestras	Extensão	.....	.....	.....
9	29/01/2015	Instituições de	Decreto nº 90/	Sub, fem.	.....	IES	Centros vocaci Decreto nº 90/	"As instituições	Decreto nº 90/	Instituições de	.....	.....	.....
10	29/01/2015	Investigação ci	Decreto nº 90/	Sub, fem.	.....	Legislação	Estudo profum Decreto nº 90/	"(...) ao órgão	Decreto nº 90/	Investigação de	.....	.....	.....
11	29/01/2015	Liberdade Aca	Decreto nº 90/	Sub, fem.	.....	Legislação	poder legitim Decreto nº 90/	"A liberdade e	Decreto nº 90/	Liberdade acac	.....	.....	.....
12	29/01/2015	Mobilidade Ac	Decreto nº 90/	Sub, fem.	.....	Legislação	Promoção da f Decreto nº 90/	"apoia a prom	Decreto nº 90/	Mobilidade do	.....	.....	.....
13	29/01/2015	Órgão de Gest	Decreto nº 90/	Sub, masc.	.....	Legislação	Individuo enca Decreto nº 90/	"A gestão das l	Decreto nº 90/	.....	.....	.....	.....
14	29/01/2015	Órgão de Tutel	Decreto nº 90/	Sub, masc.	.....	Legislação	Pessoa colecti Decreto nº 90/	"(...) cabe ao	Decreto nº 90/	Órgão de Tut	.....	.....	.....
15	29/01/2015	Princípios do S	Decreto nº 90/	Sub, masc.	.....	Legislação	Respeito do pe Decreto nº 90/	"(...) são princ	Decreto nº 90/	.....	.....	.....	.....
16	29/01/2015	Quadro de altc	Decreto nº 90/	Sub, masc.	.....	Legislação	indivíduo com Decreto nº 90/	"Os objectivos	Decreto nº 90/	.....	.....	.....	.....
17	29/01/2015	Subsistema do	Decreto nº 90/	Sub, masc.	.....	Legislação	Conjunto de di Decreto nº 90/	"O subsistema	Decreto nº 90/	Subsistema de	.....	.....	.....
18	29/01/2015	Superior	Linhas Mestras Adj.	.....	.....	Legislação	grau mais elev	Dicionário de l	.....	.....	.....	.....	.....
19	29/01/2015	Unidade orgân	Decreto nº 90/	Sub, fem.	.....	Legislação	Pessoa coletiv Decreto nº 90/	"As unidades c	Decreto nº 90/	.....	.....	.....	.....
20	29/01/2015	Universidade	Decreto nº 90/	Sub, fem	.....	Legislação	Centro vocacic Decreto nº 90/	"As universida	Decreto nº 90/	.....	.....	.....	.....
*	(Novo)												

Registro: 1 de 3 de 20

Modo folha de dados

Figura 4 – base de dados